

Relatório de Gestão

2017 a 2020

Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS)

Dezembro de 2020

Antônio Almas

Prefeito do Município de Juiz de Fora

Tammy Claret

Secretária de Desenvolvimento Social

Carla Salomão

Subsecretária de Proteção Social, Promoção e Defesa de Direitos

Ana Paula Medeiros Gaudereto

Subsecretária de Vigilância Socioassistencial

Equipe de Elaboração do Relatório

Tammy Claret: Secretária de Desenvolvimento Social

Liliane Knopp: Técnico de Nível Superior

Jéssica Fayer: Técnico de Nível Superior

Júlio Coelho: Técnico de Nível Superior

Wallace Bellosi: Assessor Gabinete

SIGLÁRIO

AE: Auxílio Emergencial

BPC: Benefício de Prestação Continuada

CADÚNICO: Cadastro Único

CENTRO POP: Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua

CMAS: Conselho Municipal de Assistência Social

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DDD: Departamento de Defesa de Direitos

DFEP: Departamento de Formação e Educação Permanente

DPB: Departamento de Proteção Básica

DPE: Departamento de Proteção Especial

DRAP: Departamento de Regulação e Acompanhamento de Parcerias

DTR: Departamento de Transferência de Renda

IDF: Índice de Desenvolvimento Familiar

IGD-BF: Índice de Gestão Descentralizada do Bolsa Família

NOB-SUAS: Norma Operacional Básica – SUAS

OSC: Organizações da Sociedade Civil

PBF: Programa Bolsa Família

PMAS: Política Municipal de Assistência Social

PNAS: Política Nacional de Assistência Social

PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PAEF: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos

RA: Região Administrativa

SCFV: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SDS: Secretaria de Desenvolvimento Social

SIMCADJF: Sistema Municipal de Leitura do Cadastro Único

SIMPBFJF: Sistema Municipal de Leitura de Dados do Programa Bolsa Família

SUAS: Sistema único da Assistência Social

CPC: Curso Preparatório para Concursos e Afins

ÍNDICE:

APRESENTAÇÃO

1 – DADOS GERAIS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SDS.

1.1 – ORÇAMENTO

1.2 – ORGANOGRAMA

1.3 – QUADRO DE PESSOAL

1.4 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO

1.5 – EDUCAÇÃO PERMANENTE

1.6 – SDS NA PANDEMIA

2 – SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – SSVN.

2.1 – DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PARCERIAS – DRAP

2.2 – DEPARTAMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA – DTR

2.2.1-SUPERVISÃO DE GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO – SGCAU

2.2.2-SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA E AUDITORIA DE BENEFICIÁRIOS – SAABE.

3 – SUBSECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS – SSPSD

3.1 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

3.2 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

3.3 – DEPARTAMENTO DE DEFESA DE DIREITOS

4 – DADOS ENVIADOS A EQUIPE DE TRANSIÇÃO

APRESENTAÇÃO:

Entregamos nosso “*Relatório de Gestão – 2018/2020*”, ao chefe do Executivo Municipal Dr. Antônio Almas prestando contas dos últimos três anos que estivemos a frente da gestão da Política Municipal de Assistência Social, e ao mesmo tempo, a nova Prefeita eleita, Professora Margarida Salomão para que a mesma possa ter ciência das ações aqui desenvolvidas neste período.

A SDS traz uma inovação e isso muito nos orgulha, sua gestão foi realizada neste período por três mulheres, três corações democráticos, com o compromisso comum de sermos “arquitetos de sonhos” e “pontes sobre águas turbulentas”. E esse compromisso foi exercido diariamente por cada uma de nós, mesmo quando parecia difícil.

Neste período, vários desafios foram enfrentados, a começar pela insuficiência de financiamento dos entes estadual e federal. O município arca com recursos próprios, 85% em média, das despesas realizadas para o desenvolvimento dos Serviços e Programas da Assistência Social.

Destaco apenas quatro desafios, a começar pela implantação do novo marco regulatório estabelecido pela lei Federal 13.019 de 2014, que teve seus efeitos vigindo em 2018, com a contratação dos parceiros a partir dos chamamentos públicos realizados em 2017, alterando assim, toda a relação jurídica da PJF/SDS e da Política de Assistência Social, com todos os parceiros que compunham a rede socioassistencial do município até então. O reordenamento da estrutura administrativa da secretaria para garantir o cumprimento legal das mudanças; a adequação do município aos princípios do SUAS trazendo para si a gestão direta dos equipamentos governamentais como CRAS, CREAS e Centro POP, que culminou num TAC entre PJF, AMAC, MP e MPT. E em março, com os novos desafios provocados pela pandemia que ainda nos impacta e alterou todo o nosso planejamento deste ano. Outras desafios ocorreram concomitantemente, como a judicialização de várias de nossas atividades, o que demonstrou a complexidade dessa política pública, que na maioria das vezes não é entendida pelo conjunto das políticas que compõe o executivo e até mesmo pelo legislativo e judiciário.

A Assistência se apoia em três pilares técnicos (Proteção Social, Vigilância Socioassistencial e Defesa de Direitos socioassistenciais), inclui por conta própria, sem aprovação da política a Educação permanente, pois essa é fundamental para a formação, qualificação, fortalecimento dos trabalhadores do SUAS, bem como, possibilita a mudança comportamental dos mesmos, diante das necessidades de uma atuação que respeite um mundo plural e diverso.

O relatório apresenta um sobrevoo por toda a nossa estrutura e suas ações estratégicas. Destacarei aqui apenas alguns números para ilustrar a abrangência da SDS.

- 50.280 mil famílias inscritas no CadÚnico;

- 15 mil famílias recebem atualmente o Bolsa Família;
- 598 pessoas em situação de rua inscritos no CadÚnico e 349 recebendo bolsa família;
- Mais de 10 mil pessoas atualmente recebem o BPC;
- 669 solicitações de avaliações para liberação de passe livre em setembro de 2020 (mês que começamos a contabilizar tal ação);
- 40 mil Cestas Básicas (benefício eventual) distribuídas nos últimos 32 meses, sendo que a partir de setembro de 2020 passamos a distribuir por mês 3.200 cestas;
- 1.745 (hum mil e setecentos e quarenta e cinco mil) refeições servidas por dia para a População em situação de rua a partir de março de 2020;
- Mais de 2 mil alunos estudaram no Curso Preparatório para Concursos;
- 246 pessoas aprovadas em concursos e afins nos anos de 2018 e 2019;
- 100 crianças e adolescente no acolhimento institucional mensalmente;
- 352 crianças e adolescente acolhidos em Famílias Acolhedoras nos últimos anos;
- 2.250 vagas/mês para os SCFV – Serviços de Convivência e fortalecimento de Vínculos nos últimos anos;
- 13 mil atendimentos nos programas Psicossocial nos últimos anos;
- Mais de 190 mil atendimentos às famílias pelos onze CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) nos últimos anos;
- Mais de 22 mil atendimentos a pessoas e famílias pelos CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social);
- 120 vagas/dia para idosos em Institucional de Longa Permanência;
- 25 vagas/dia em acolhimentos institucionais para pessoas com deficiência;
- 19 mil atendimentos a pessoa com deficiência no Serviço de Proteção Especial;
- 335 carteiras emitidas para uso do carro de apoio para atendimento à pessoa com deficiência e outros tratamentos de saúde específicos;
- Mais de 21 mil abordagens a pessoas em situação de rua, perfazendo uma média/mês de 665 abordagens;
- Mais de 200 mil atendimentos realizados Centro Pop, perfazendo uma média/mês de 7.307 atendimentos;
- 100 vagas/dia na casa de passagem para homens (em função da pandemia dividimos em três casas com funcionamento 24 horas);
- 50 vagas/dia para mulheres em situação de rua na casa de passagem para mulher; (desde o início da pandemia funcionando 24 horas)
- 50 vagas/dia na casa de acolhimento para homens e mulheres (provisória), aberta em função da pandemia e com funcionamento 24 horas;

- 50 vagas/dia para acolhimento institucional de adultos em situação de vulnerabilidade social;
- Mais de 200 atendimentos/mês no serviço psicossocial

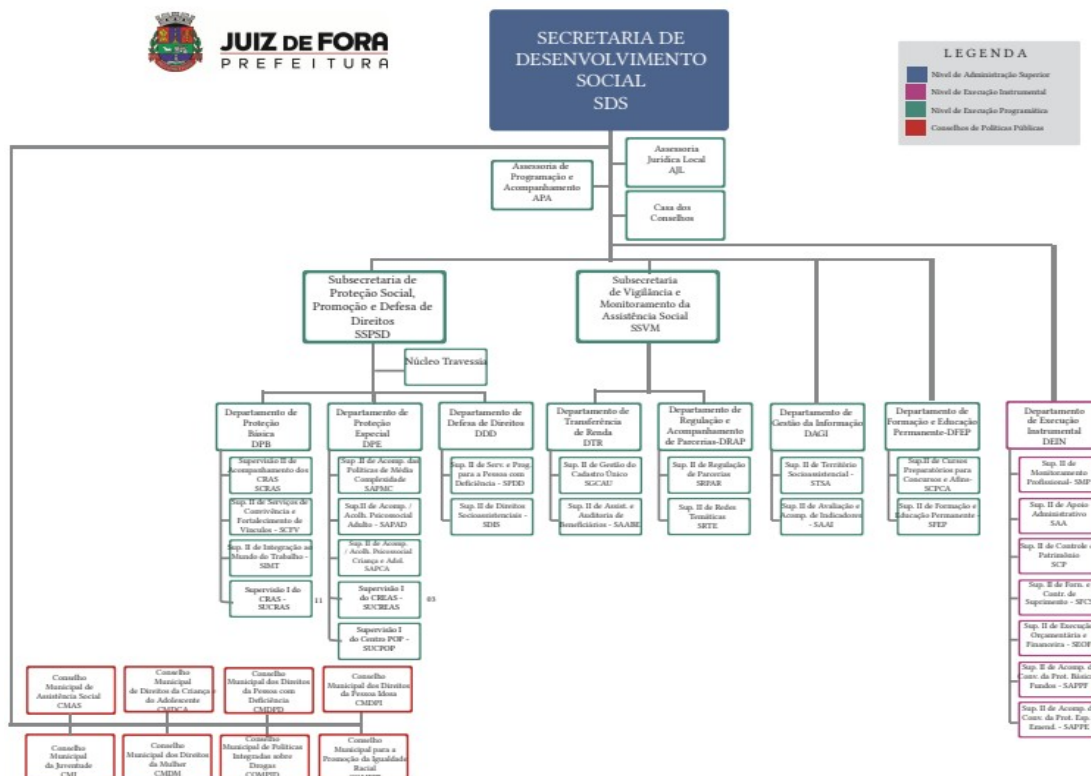
1 – DADOS GERAIS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SDS.

1.1 – ORÇAMENTO

ORÇAMENTO DA SDS				
ANO	GERAL	MUNICIPAL	ESTADO	FEDERAL
2018	R\$ 47.908.278,91	R\$ 41.984.608,39	R\$ 898.755,48	R\$ 5.024.915,04
2019	R\$ 49.516.735,69	R\$ 41.496.438,59	R\$ 897.675,48	R\$ 7.122.621,62
2020	R\$ 46.982.212,12	R\$ 40.084.132,32	R\$ 318.850,80	R\$ 6.579.229,00
2021	R\$ 47.289.046,20	R\$ 41.502.961,22	R\$ 206.235,26	R\$ 5.579.849,72

Fonte: <https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sds/orcamento.php> acessado em Dezembro de 2020.

1.2 – ORGANOGRAMA



Fonte: https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sarh/estrutura_organizational/sds.pdf

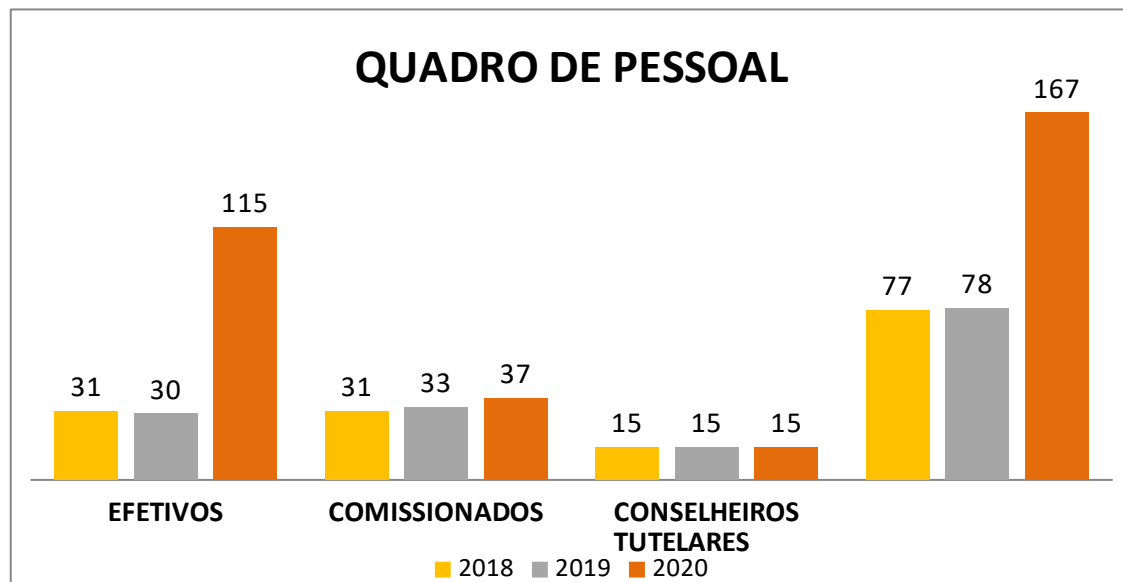
1.3 – QUADRO DE PESSOAL

QUADRO DE PESSOAL				
Nº		2018	2019	2020
1	EFETIVOS	31	30	115
2	COMISSIONADOS	31	33	37
3	CONSELHEIROS TUTELARES	15	15	15
TOTAL		77	78	167

Fonte e base de dados DEIN / Setembro de 2020

OBS 1: Não há base de dados de 2017.

2: O número de estagiário é de 51.



1.4 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO

O Departamento de Gestão da Informação - DAGI subordinado diretamente à Secretaria de Desenvolvimento Social, orientado por seu gerente, caberá coordenar as seguintes Supervisões:

I - Supervisão II de Território Socioassistencial - STSA;

II - Supervisão II de Avaliação e Acompanhamento de Indicadores - SAAI.

Supervisão de Território Socioassistencial compete:

I – Territorializar por meio do geoprocessamento as informações cartográficas das áreas de vulnerabilidade social do município, mantendo-as atualizadas e disponíveis para consulta pelos demais setores da secretaria, contribuindo desta forma para o planejamento da localização das

redes de serviço e para a integração da política de assistência social de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social – SDS;

Aplicação/Software Utilizado:

- SIMCAD -JF / SIMPBF – JF / ARCGIS

Produtos Gerados / Indicadores:

- Estudos técnicos de reordenamento das redes de serviços parceiros da SDS de proteção básica e especial apresentados, sempre que demandados;
- Relatórios sintéticos mensais fornecidos pelos sistemas SIMCAD – JF e SIMPBF – JF;
- Estudos de impacto social sobre a localização dos CRAS e CREAS apresentados, sempre que demandados;
- Estudos de viabilidade de utilização de espaços públicos destinados nos novos loteamentos implantados no município apresentados, sempre que demandados;
- Quantidade de estudos técnicos realizados.
- Índice de Desenvolvimento Familiar – IDF apresentados mensalmente por Território Socioassistencial (TS), Território – Região de CRAS, Território Região de CREAS, Regiões Administrativas e Municipal composto por 6 dimensões e 48 indicadores.

Desafios:

Publicizar para consulta as informações territorializados (aquisição de créditos do ArcGIS e migração das plataformas do SIMCAD –JF e SIMPBF – JF para base online com Painelcontrol).

II - Elaborar e atualizar a espacialização de informações que compõem o diagnóstico socioterritorial com base nos dados extraídos dos sistemas da Assistência Social e outras fontes, que permita a identificação das áreas que demandam a atuação da assistência social nos serviços de proteção social básica e de proteção social especial;

Aplicação/Software Utilizado:

CECAD / SIMCAD – JF / SIMPBF – JF / ARCGIS

Produtos Gerados / Indicadores:

Relatórios sociais mensais com informações territorializadas por TS, Região de CRAS, Região de CREAS e Regiões Administrativas.

III - Construir mapas da distribuição territorial de vulnerabilidade social do município, ajustando as informações dos sistemas aos limites cartográficos estabelecidos, para traçar com acurácia o perfil de populações vulneráveis e estimar a demanda potencial dos serviços de proteção Social Básica;

Aplicação/Software Utilizado:

SIMCADÚNICO / SIMPBF / ARCGIS

Produtos Gerados / Indicadores:

Projeto finalizado e encaminhado para a assessoria de comunicação da SDS para implementação no site da prefeitura.

Projeto com 10 temáticas sociais e 20 atlas de vulnerabilidade sociais atualizadas mensalmente no site da prefeitura.

Publicação de mapas sociais com intervalo de 4 meses de monitoramento.

Capacitações de padronização das informações territoriais do Cadastro Único com os operadores do CadÚnico das 11 unidades de CRAS e do Departamento de Transferência de Renda.

Relatório mensal de Qualidade da Padronização das Informações territoriais do Cadastro Único.

IV - Fornecer sistematicamente às unidades da rede socioassistencial, especialmente aos CRAS e CREAS, informações e indicadores territorializados coerentes à divisão territorial estabelecida no programa de geoprocessamento, objetivando auxiliar as ações da política de vigilância social, subsidiar as atividades de planejamento e avaliação dos próprios serviços;

Aplicação/Software Utilizado:

- ✓ SIMCAD - JF / SIMPBF – JF / ARCGIS

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Relatórios mensais sintéticos / IDF / RMAS.
- ✓ Relatório mensal de Qualidade das Informações Territoriais do CadÚnico;
- ✓ Relatório mensal de acompanhamento dos trabalhos de atualização e inclusão no CadÚnico por operador.
- ✓ Estudos apresentados de zoneamento territorial dos profissionais TNS dos CRAS baseados no diagnóstico socioterritorial.

V - Fornecer sistematicamente aos CRAS e CREAS listagens territorializadas, condizentes à base cartográfica vigente no âmbito da Assistência Social, das famílias em descumprimento de condicionalidades dos programas de transferência de renda sob gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social - SDS;

Aplicação/Software Utilizado:

- ✓ SIMCAD - JF / SIMPBF - PBF / ARCGIS

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Relatórios bimestrais dos casos de descumprimento de condicionalidade do PBF territorializados nas 11 regiões de CRAS e 189 TS.
- ✓ Relatórios bimestrais com 3 temas sociais e 19 indicadores de monitoramento produzidos referente ao descumprimento de condicionalidades do PBF.
- ✓ Mapas / Gráfico de linhas de tendência e Tabelas de monitoramento com informações territorializadas.

- ✓ Relatórios mensais dos casos em averiguação da auditoria municipal do PBF territorializados nas 11 regiões de CRAS e 189 TS.
- ✓ Relatórios bimestrais com 3 temas sociais e 14 indicadores de monitoramento produzidos referente averiguação da auditoria municipal do PBF. Mapas / Gráfico de linhas de tendência e Tabelas de monitoramento com informações territorializadas.
- ✓ Relatórios mensais dos beneficiários do PBF territorializados nas 11 regiões de CRAS e 189 TS. Relatórios mensais com 6 indicadores de monitoramento produzidos referente aos beneficiários do PBF.
- ✓ Mapas / Gráfico de linhas de tendência e Tabelas de monitoramento com informações territorializadas.
- ✓ Catalogo mensal de Indicadores de Monitoramento do PBF contendo 26 indicadores.

VI - Analisar consistência dos dados extraídos dos sistemas utilizados pela supervisão, organizando a base de dados através da eliminação de dados repetidos ou incoerentes;

Aplicação/Software Utilizado:

- ✓ SIMCAD – JF / SIMPBF – JF / ARCGIS

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Georreferenciamento dos casos de descumprimento de condicionalidade e auditorias do PBF por 11 regiões de CRAS, 3 regiões de CREAS, 8 Regiões Administrativas e/ou 189 TS; Georreferenciamento, por demanda, dos casos de violência e violação de direitos por 11 regiões de CRAS, 3 regiões de CREAS, 8 Regiões Administrativas e/ou 189 TS;
- ✓ Georreferenciamento, por demanda, de solicitações específicas de listagens que necessitam da territorialização por 11 regiões de CRAS, 3 regiões de CREAS, 8 Regiões Administrativas e/ou 189 TS (Exemplo: Famílias que necessitam receber cesta básica da SEDESE. Beneficiários que não retiraram o cartão Vale-alimentação); Capacitação de técnicos da SDS/SSVM/DTR/SGCAU (estagiários) para identificação de inconsistências de informações territoriais preenchidas ou digitadas no Cadastro Único fora do padrão territorial estabelecido no programa de geoprocessamento.
- ✓ Indicador da Qualidade das Informações Territoriais do Cadastro Único aplicado ao Banco Total de Famílias Cadastradas no CadÚnico;
- ✓ Quantidade de solicitações de georreferenciamento;
- ✓ Mapas; Gráficos e Tabelas de monitoramento com informações territorializadas por 11 regiões de CRAS, 3 regiões de CREAS, 8 Regiões Administrativas e/ou 189 TS quando solicitado.

VII - Definir os territórios socioassistenciais e comunicar aos equipamentos públicos de assistência social as populações adscritas em seu território de responsabilidade;

Aplicação/Software Utilizado:

- ✓ SIMCAD - JF / ARCGIS

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Construção, atualização e publicação da base cartográfica no formato “Layer” dos Territórios Socioassistenciais (TS) para os demais técnicos da prefeitura operadores do geoprocessamento.
- ✓ Tabelas sintéticas e completas atualizadas com os territórios de responsabilidade dos CRAS e CREAS publicados no site da prefeitura.
- ✓ Relatórios sintéticos mensais do SIMCAD – JF informando população vulnerável adscrita nos territórios de responsabilidade.

Desafios:

- ✓ Relatórios informando população censitária adscrita nos territórios de responsabilidade dos CRAS e CREAS.

IX - Identificar as demandas para formação e educação permanente e encaminhá-las à sua gerência;

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Agenda de capacitações de “Padronização da Informação Territorial do Cadastro Único” a serem ministradas para os operadores do CadÚnico encaminhadas para a gerência, sempre que solicitado diretamente pelas unidades executantes, ou pelo Departamento de Transferência de Renda (SDS/SSVM/DTR) ou Departamento de Proteção Básica (SDS/SSPSD/DPB);

XIII - Representar a Secretaria, quando solicitado, nos diversos conselhos, comissões, fóruns, comitês, coletivos, grupos de trabalho, e de planejamento nas ações afetas à supervisão;

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Membro do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito - CMTT
- ✓ Membro do Grupo Técnico de trabalho do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS

XIV - acompanhar contratos, acordos, convênios e termos de colaboração, fomentos e demais parcerias próprio da sua área de atuação;

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Acompanhamento do processo de Renovação Anual da Licença do Programa ArcGIS.

XV - Participar de atividades da Secretaria e da Prefeitura sempre que solicitado pela Gestão;

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Apresentação, sempre que demandado, de produtos cartográficos (mapas, gráficos e tabelas) da vigilância socioassistencial a técnicos da SEDESE e de outros municípios da macrorregião; a técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) e dos Conselhos locais; a técnicos da prefeitura de outras entidades não governamentais.
- ✓ Solicitações de apresentações e participações em eventos ou atividades direcionadas.
- ✓ Quantidade de eventos participados.

XVII - Acompanhar o correto cumprimento dos manuais de procedimentos definidos para a Supervisão, propondo os ajustes que se fizerem necessários para a otimização das atividades executadas pelos servidores lotados na mesma conjuntamente com o gerente do departamento e com a orientação da SSDI/SARH;

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Reuniões na SSDI/SARH para atualização das atribuições.

XVIII - Propor, em conjunto com o Gerente do Departamento, medidas de aprimoramento das atividades da Supervisão;

Produtos Gerados / Indicadores: contemplado nos desafios propostos acima.

XX - Elaborar relatório com informações das atividades da Supervisão;

- ✓ Sempre que demandado pela gerência é realizado relatório de atividades. Nº de relatórios solicitados.

Supervisão de Avaliação e Acompanhamento de Indicadores compete:

I - Desenvolver pesquisas internas ou externas para a assistência social, definindo a metodologia mais adequada, bem como a infraestrutura e recursos necessários para sua realização;

Aplicação/Software Utilizado:

- ✓ Plataforma Digital do Censo SUAS aberto pelo MC.

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Trabalho desenvolvido pela supervisão sempre que houver necessidade de realizar pesquisas relacionadas a algum projeto específico que demande a supervisão.
- ✓ Pesquisa anual do Censo SUAS.
- ✓ Plano Municipal de Assistência Social – PMAS (atividade realizada em parceria com a Supervisão de Território Socioassistencial - SDS/DAGI/ STSA / Gerência do Departamento de Gestão da Informação – SDS/DAGI).

II - Efetuar levantamento situacional, identificando os atores sociais, problemas e oportunidades

para conhecimento de cenários que revelem a demanda real das populações atendidas pela assistência social do município;

Aplicação/Software Utilizado:

SIMCAD-JF / SIMPBF – JF / SISC / SIMSUAS - MG / SIMPETI / Demonstrativo Físico Mensal de oferta de serviços e benefícios socioassistenciais de proteção social básica e especial no âmbito do SUAS

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Trabalho realizado na produção dos diagnósticos demandados pontualmente pelos departamentos da SDS.
- ✓ Atualização dos sistemas com geração de relatórios de informações sociais de vulnerabilidade social por famílias e indivíduos atendidos na rede de serviços de proteção social básica e proteção social especial.
- ✓ Relatórios mensais de atendimento fornecidos pelos sistemas.

III - Tabular resultados das pesquisas transformando-os em dados estatísticos que possam subsidiar a definição da política de assistência social do município;

Aplicação/Software Utilizado:

- ✓ Sistema de Formulário Eletrônico Censo Suas / Questionários físicos do Censo SUAS.

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Planilha de dados com o monitoramento anual das informações declaradas pela rede de serviços participantes da pesquisa do Censo SUAS com a identificação de padrões de evolução, estagnação ou involução da rede quanto aos aspectos de oferta da rede, infraestruturas instaladas, características da prestação de serviços e recursos humanos;
- ✓ Atividade preferencialmente executada por demanda.

IV - Produzir diagnósticos de áreas de vulnerabilidade social a partir das análises comparativas de dados e indicadores estratégicos extraídos dos sistemas da Secretaria de Desenvolvimento Social - SDS, das informações georreferenciadas produzidas pela Supervisão de Território Socioassistencial, além de outras fontes de consulta que se fizerem necessárias, tais como o IBGE, IPEA, DIEESE, MDS, CAGED, dentre outros;

Aplicação/Software Utilizado:

- ✓ SIMCAD – JF / SIMPBF – JF / Relatórios emitidos pela Supervisão de Território Socioassistencial (SDS/DAGI/STSA) / CECAD / Plataforma Digital do IBGE, IPEA, DIEESE, MC, CAGED disponíveis na internet / Relatórios emitidos pela Supervisão de Acompanhamento e Avaliação de Indicadores (SDS/DAGI/SAAI.)

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Plano Municipal de Assistência Social – PMAS (atividade realizada em parceria com a Supervisão de Território Socioassistencial - SDS/DAGI/ STSA / Gerência do Departamento de Gestão da Informação – SDS/DAGI).

V - Estratificar famílias de uma determinada população referenciada territorialmente pela assistência social a partir dos dados importados do CadÚnico, identificando o perfil etário, os dados socioeconômicos, a escolarização, os tipos de trabalho, emprego e nível de renda das mesmas, emitindo relatórios;

Aplicação/Software Utilizado:

- ✓ SIMCAD – JF / SIMPBF – JF / CECAD / FOLHA DE PAGAMENTO DO PBF

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Relatórios mensais dos sistemas SIMCAD – JF, SIMPBF – JF, CECAD e folha de pagamento do PBF (atividade realizada em parceria com a gerência do Departamento de Gestão da Informação – SDS/DAGI).

VI - Realizar a classificação das famílias em vulnerabilidade social a partir dos dados do CadÚnico, emitindo relatórios;

Aplicação/Software Utilizado:

- ✓ SIMCAD – JF

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Relatório mensal do sistema SIMCAD – JF (atividade realizada em parceria com a gerência do Departamento de Gestão da Informação – SDS/DAGI).
- ✓ Índice de Desenvolvimento Familiar – IDF apresentado mensalmente por família composto por 6 dimensões e 48 indicadores.

VII - Gerenciar o Sistema de Informação e Monitoramento da Assistência Social – SIMPBF / SIMCAD;

Aplicação/Software Utilizado:

- ✓ SIMCAD – JF / SIMPBF – JF

Produtos Gerados / Indicadores:

Gerenciamento dos sistemas SIMCAD – JF / SIMPBF – JF. Rodagem dos programas e organização dos bancos de dados recebidos da Caixa e do DTR/SSVM/SDS.

- ✓ Relatórios sintéticos mensais com dados para monitoramento das condições socioeconômicas de famílias e indivíduos e produção de relatórios sintéticos mensais para monitoramento das condições socioeconômicas dos territórios encaminhados para a Supervisão de Território Socioassistencial – SDS/DAGI/STSA (atividade realizada em parceria com a gerência do Departamento de Gestão da Informação – SDS/DAGI).

VIII - Organizar o banco de dados da Secretaria de Desenvolvimento Social - SDS, coletando, agrupando e analisando as informações recebidas;

Aplicação/Software Utilizado:

- ✓ Formulário Eletrônico – FormSUS – SCFV – (Gerência)
- ✓ Formulário Eletrônico – FormSUS – Acolhimento – em desenvolvimento – (Gerência)
- ✓ Plataforma Digital do SISC gerido pelo MC / Plataforma Digital do CadSUAS, RMA e SISPETI gerido pelo MC / Plataforma Digital SIMSUAS – MG gerido pela SEDESE / Demonstrativo Físico Mensal de oferta de serviços e benefícios socioassistenciais de proteção social básica e especial no âmbito do SUAS.

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Coleta, análise e digitação das Informações mensalmente pelas Unidades do SCFV no SISC;
- ✓ Coleta, análise e digitação das Informações, por demanda, no CadSUAS;
- ✓ Coleta, análise e digitação das Informações, mensalmente no RMA;
- ✓ Coleta, análise e digitação das Informações, trimestralmente no SISPETI;
- ✓ Coleta, análise e digitação das Informações, semestralmente no SIMSUAS - MG;
- ✓ Coleta, análise e digitação das Informações, mensalmente no Demonstrativo Físico Mensal (Proteção Básica e Especial);

IX - Participar, juntamente com a chefia de departamento e subsecretários, da elaboração das estratégias de enfrentamento que busquem promover o desenvolvimento familiar das populações referenciadas;

Aplicação/Software Utilizado:

- ✓ SIMCAD – JF / SIMPBF – JF/ CECAD/ Poderá haver participação da Supervisão de Território Socioassistencial – SDS/DAGI/STSA

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Estudos de busca ativa, orientação e auxílio quanto a focalização de programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais sempre que demandado pela proteção básica e especial.

X - Identificar e sistematizar todos os serviços ofertados pela Secretaria de Desenvolvimento Social - SDS, direta ou indiretamente, descrevendo objetivos, público alvo, modalidade, entre outros, sempre que houver um programa novo ou mudanças em programas já existentes;

XI - Elaborar e propor indicadores de acompanhamento e avaliação dos serviços da Secretaria de Desenvolvimento Social - SDS, definindo-os e validando-os com as áreas responsáveis;

Aplicação/Software Utilizado:

- ✓ SIMCAD – JF / SIMPBF – JF / CECAD / Poderá haver participação da Supervisão de Território Socioassistencial – SDS/DAGI/STSA

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Percentual de indivíduos atendidos no serviço com NIS, por demanda;
- ✓ Percentual de indivíduos atendidos no serviço cujas famílias estão nas categorias D5, D4, D3, D2, D1 do IDF, por demanda;
- ✓ Percentual de indivíduos atendidos no serviço cujas famílias estão em territórios nas categorias D5, D4, D3, D2, D1 do IDF, por demanda;
- ✓ Percentual de indivíduos atendidos no serviço beneficiários do PBF, por demanda;
- ✓ Percentual de indivíduos atendidos no serviço classificados na extrema pobreza, na linha da pobreza e com perfil CadÚnico, por demanda;

XII - acompanhar e monitorar os indicadores da Secretaria de Desenvolvimento Social - SDS, disponibilizando informações para todas as áreas da Secretaria, com elaboração de relatórios periódicos e de acordo com demandas diversas;

Aplicação/Software Utilizado:

- ✓ SIMCAD – JF / SIMPBF – JF / CECAD / Plataforma Digital do SISC gerido pelo MC / Plataforma Digital do RMA e SISPETI gerido pelo MC / Plataforma Digital SIMSUAS – MG gerido pela SEDESE
- ✓ Formulário Eletrônico – FormSUS – SCFV – (Gerência)
- ✓ Formulário Eletrônico – FormSUS – Acolhimento – em desenvolvimento – (Gerência)
- ✓ Demonstrativo Físico Mensal de oferta de serviços e benefícios socioassistenciais de proteção social básica e especial no âmbito do SUAS.

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Quantidade de indivíduos com NIS informado pelos SCFV na plataforma SISC;
- ✓ Quantidade de indivíduos prioritários informado pelos SCFV na plataforma SISC;
- ✓ Conjunto de indicadores fornecidos pelos sistemas SISC (formado por 6 indicadores), RMA (formado por 73 indicadores), SIMSUAS – MG (formado por 10 indicadores) e SIMPETI (formado por 5 eixos com 50 temas);
- ✓ Conjunto de indicadores fornecidos pelos sistemas SIMCAD – JF e SIMPBF - JF;

XIII - validar as informações identificadas e sistematizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social - SDS, junto às áreas responsáveis, através de oficinas de validação dos dados;

Produtos Gerados / Indicadores:

Reuniões periódicas com as áreas responsáveis sempre que o DAGI/SDS identifica padrões de dados irregulares ou fora do padrão de normalidade reconhecido no monitoramento;

- ✓ Em razão da inexistência de uma estrutura maior de pessoal na supervisão, as reuniões periódicas para validação de informações identificadas e sistematizadas que atendam

aos padrões de normalidade dos dados no monitoramento, são executadas sempre que há demanda da proteção básica e especial.

XV - Identificar as demandas para formação e educação permanente dos trabalhadores sociais e encaminhá-las à sua gerência;

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Agenda de capacitações de formação dos técnicos das entidades inscritas e regulares no CMAS para participação na pesquisa anual do Censo SUAS;
- ✓ Agenda de capacitações de formação dos técnicos dos serviços socioassistenciais parceiros da SDS para preenchimento correto das informações declaradas nas plataformas digitais do MC.

XIX - Representar a Secretaria, quando solicitado, nos diversos conselhos, comissões, fóruns, comitês, coletivos, grupos de trabalho, e de planejamento nas ações afetas à supervisão;

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Membro do Conselho da Igualdade Racial;
- ✓ Membro da Comissão de Avaliação e Monitoramento das Entidades Inscritas e Regulares no CMAS;

XXI - Participar de atividades da Secretaria e da Prefeitura sempre que solicitado pela Gestão;

Produtos Gerados / Indicadores: Apresentação, sempre que demandado, de produtos do diagnóstico social a técnicos da prefeitura, conselhos locais e de outras entidades não governamentais.

- ✓ Solicitações de apresentações e participações em eventos ou atividades direcionadas.

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Reuniões na SSDI/SARH para atualização das atribuições.

XXIII - Acompanhar o correto cumprimento dos manuais de procedimentos definidos para a Supervisão, propondo os ajustes que se fizerem necessários para a otimização das atividades executadas pelos servidores lotados na mesma conjuntamente com o gerente do departamento e com a orientação da SSDI/SARH;

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Reuniões na SSDI/SARH para atualização das atribuições.

XXIV - Propor, em conjunto com o Gerente do Departamento, medidas de aprimoramento das atividades da Supervisão;

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Ampliação da equipe para suporte técnico na elaboração de novos relatórios gerenciais;
- ✓ Participação em capacitações para aperfeiçoamento profissional com indicadores.

XXV - coletar, agrupar dados, analisar, construir indicadores e informar ao setor competente;

Aplicação/Software Utilizado:

- ✓ SIMCAD – JF / SIMPBF – JF / CECAD / Plataforma Digital do SISC gerido pelo MC / Plataforma Digital do RMA e SISPETI gerido pelo MC / Plataforma Digital SIMSUAS – MG gerido pela SEDESE
- ✓ Formulário Eletrônico – FormSUS – SCFV – (Gerência)
- ✓ Formulário Eletrônico – FormSUS – Acolhimento – em desenvolvimento – (Gerência)
- ✓ Demonstrativo Físico Mensal de oferta de serviços e benefícios socioassistenciais de proteção social básica e especial no âmbito do SUAS.

Produtos Gerados / Indicadores:

- ✓ Quantidade de indivíduos com NIS informado pelos SCFV na plataforma SISC;
- ✓ Quantidade de indivíduos prioritários informado pelos SCFV na plataforma SISC;
- ✓ Conjunto de indicadores fornecidos pelos sistemas SISC (formado por 6 indicadores), RMA (formado por 73 indicadores), SIMSUAS – MG (formado por 10 indicadores) e SIMPETI (formado por 5 eixos com 50 temas);
- ✓ Conjunto de indicadores fornecidos pelos sistemas SIMCAD – JF e SIMPBF - JF;

XXVI - Elaborar relatório com informações das atividades da Supervisão;

- ✓ Sempre que demandado pela gerência é realizado relatório de atividades. Nº de relatórios solicitados.

XXVII - Exercer outras atividades correlatas.

1.5 – EDUCAÇÃO PERMANENTE

Este Departamento tem por objetivo capacitar os servidores da SDS e os trabalhadores de entidades parceiras, com ações de educação continuada e permanente. Sua criação ocorreu com a reforma administrativa, Lei Nº 13.830, de 31 de janeiro de 2019, atendendo a PNAS e as reivindicações do CMAS. Este departamento foi vinculado diretamente ao gabinete por ser uma ação transversal. Em sequência temos a descrição de todas os macroindicadores analisados por este departamento. Todos os dados apresentados a seguir correspondem ao ano de 2020.

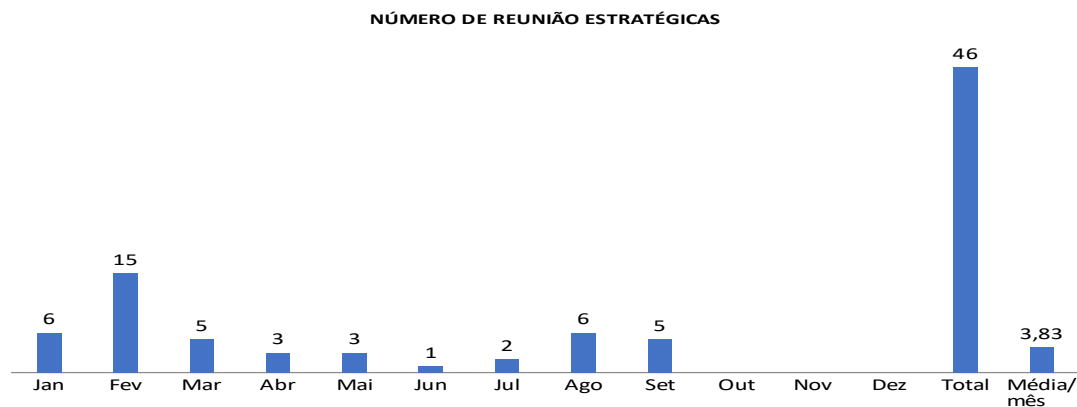
REUNIÕES ESTRATÉGICAS

Articular e mensurar a produtividade do departamento, fornecer dados para a elaboração de diagnóstico situacional para o Plano Municipal. A periodicidade desta coleta é

variável devido à natureza da ação, a sua realização varia de acordo com as necessidades que o setor identifica e das demandas que são encaminhadas. Foram realizadas no período de 2020 46 reuniões estratégicas, sendo uma média de aproximadamente 4 reuniões por mês. Estas reuniões tem como finalidade articular e planejar quais ações serão desenvolvidas pelo departamento ao longo do ano, compilar dados estatísticos e estabelecer um diagnóstico situacional da Secretária neste período.

Número de Reunião Estratégicas (2020)													
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Média/mês
6	15	5	3	3	1	2	6	5	-	-	-	46	3,8

Fonte: SDS/GABINETE/DFEP



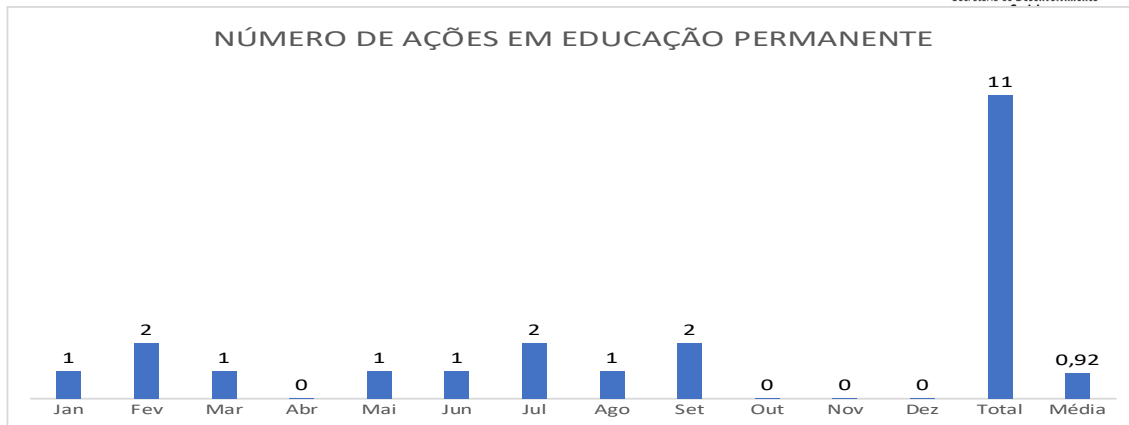
Fonte: SDS/GABINETE/DFEP

NÚMERO DE AÇÕES EM EDUCAÇÃO PERMANENTE

O objetivo deste indicador é mensurar o volume de ações voltadas para a Educação Permanente, tais como: projetos, relatórios, ficha de solicitação de capacitação, e-mails, memorandos. Durante este ano foram realizadas 11 ações, com uma média de 0.9 ações mês.

Número de Ações de Educação Permanentes													
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Média
1	2	1	0	1	1	2	1	2	---	---	---	11	0,9

Fonte: SDS/GABINETE/DFEP



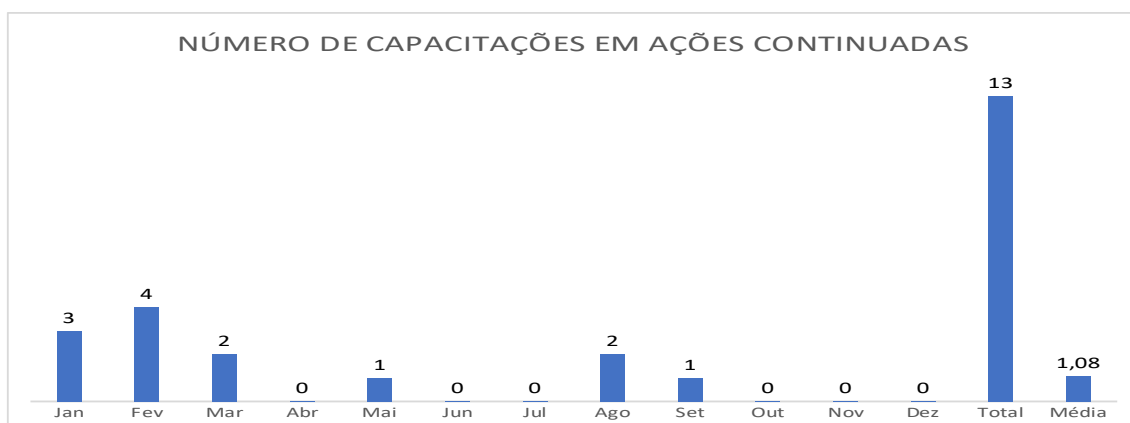
Fonte: SDS/GABINETE/DFEP

NÚMERO DE AÇÕES DE CAPACITAÇÕES CONTINUADAS

Mensurar o volume de ações voltadas para capacitação continuada. Projetos, relatórios, ficha de solicitação de capacitação, e-mails, memorandos. A periodicidade destas ações é variável de acordo com a demanda. Foram 10 ações com o objetivo pontuais de formação dos funcionários da rede socioassistencial, com média 0,8 / mês.

Número de Capacitações em Ações Continuadas													
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Média
3	4	2	0	1	0	0	2	1	0	0	0	13	0,8

Fonte: SDS/GABINETE/DFEP

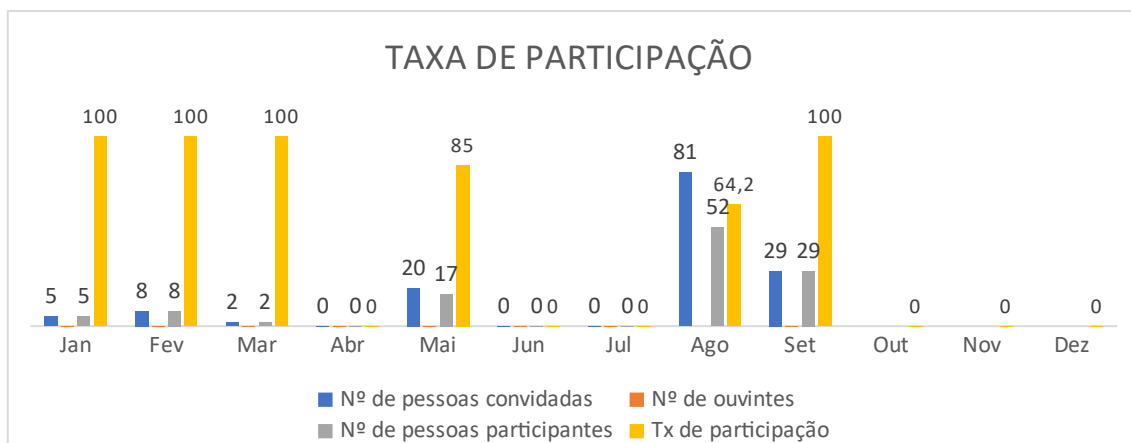


Fonte: SDS/GABINETE/DFEP

TAXA DE PARTICIPAÇÃO

A taxa de participação considerou o número de participantes dividido pelo número de pessoas convidadas para a capacitação. Observa-se pela taxa de participação que os colaboradores da rede social assistencial, demonstram muita adesão as capacitações propostas, com uma taxa de praticamente 100%.

TAXA DE PARTICIPAÇÃO (indicador absoluto)												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Número de pessoas convidadas	5	8	2	0	20	0	0	81	29	--	--	--
Número de ouvintes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	--	--	--
Número de pessoas participantes	5	8	2	0	17	0	0	52	29	--	--	--
Taxa de participação	100	100	100	0	0	0	0	64,2	100	--	--	--



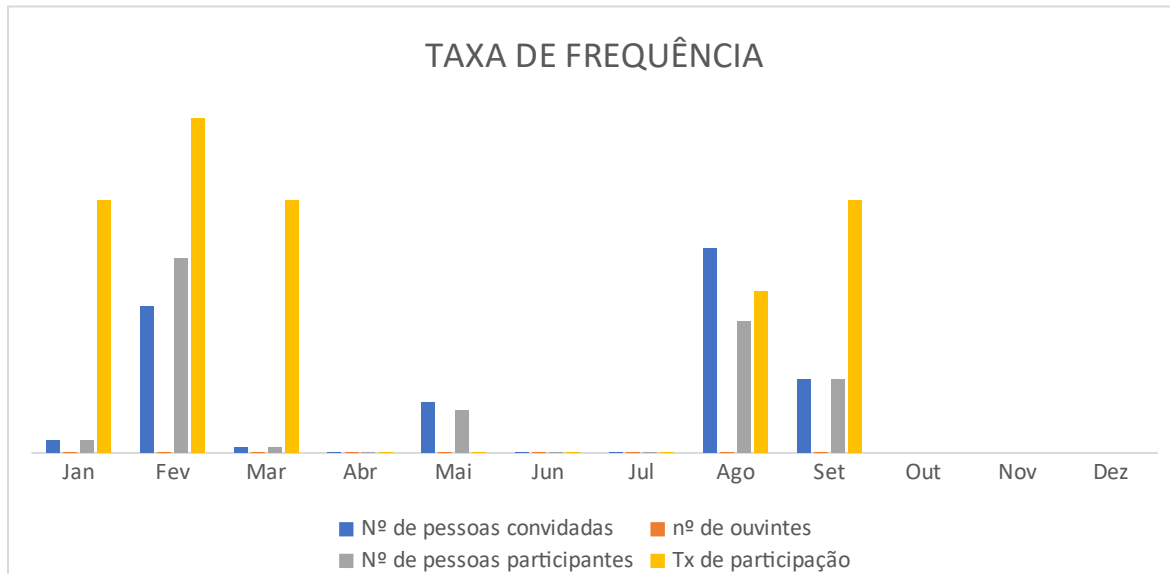
Fonte: SDS/GABINETE/DFEP

TAXA DE FREQUÊNCIA

Considerou-se as pessoas que cumpriram até 75% das atividades propostas.

TAXA DE FREQUÊNCIA												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Número de pessoas convidadas	5	58	2	0	20	0	0	81	29	--	--	--
Número de ouvintes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	--	--	--
Número de pessoas participantes	5	77	2	0	17	0	0	52	29	--	--	--

Taxa de participação	100	132,7	100	0	0	0	0	64,2	100	-	-	--
----------------------	-----	-------	-----	---	---	---	---	------	-----	---	---	----



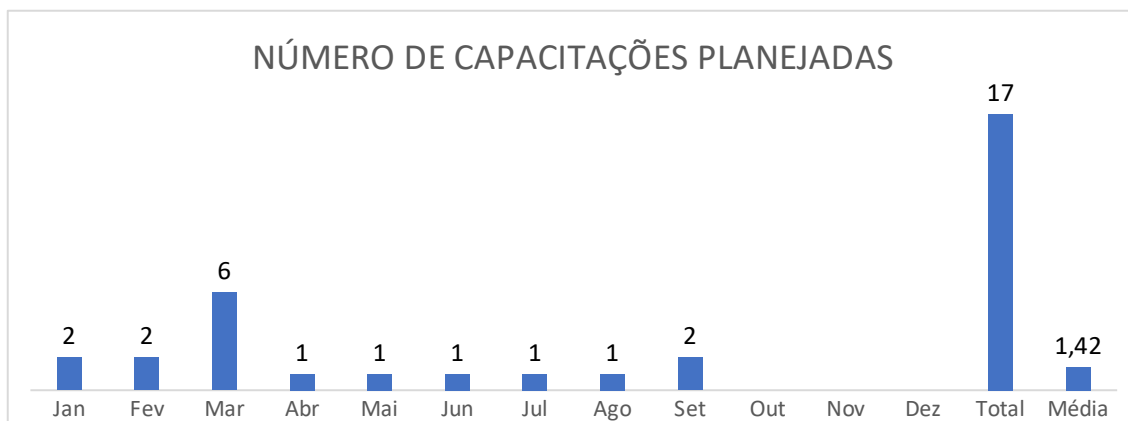
Fonte: SDS/GABINETE/DFEP

NÚMERO DE CAPACITAÇÕES PLANEJADAS E EXECUTADAS

Mensurar a produtividade geral do departamento. Fichas de solicitação de capacitação, e-mails, memorandos.

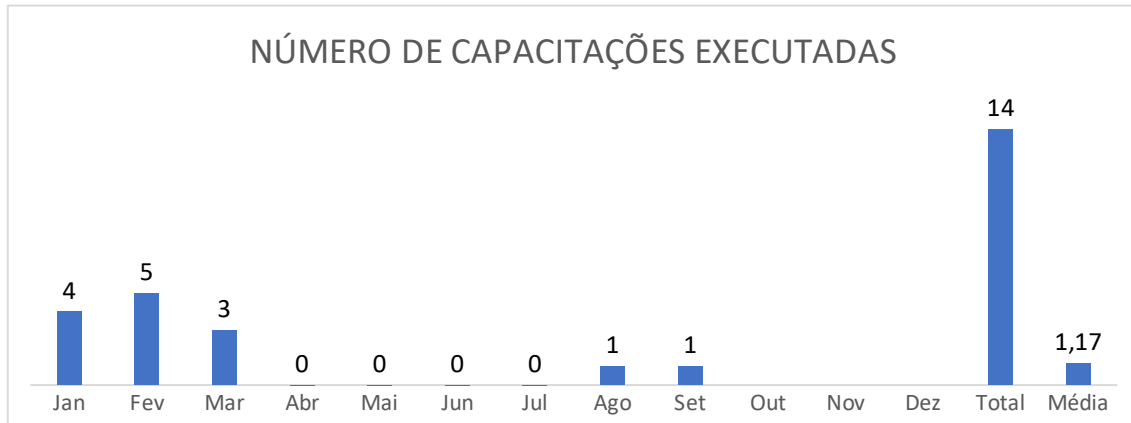
NÚMERO DE CAPACITAÇÕES PLANEJADAS													
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Média
2	2	6	1	1	1	1	1	2	---	---	---	17	1,9

Fonte: SDS/GABINETE/DFEP



Fonte: SDS/GABINETE/DFEP

NÚMERO DE CAPACITAÇÕES EXECUTADAS													
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Média
4	5	3	0	1	0	0	2	1	---	---	---	16	1,3



Fonte: SDS/GABINETE/DFEP

CARGA HORÁRIA TOTAL

É um referencial que visa mensurar a soma total de tempo de participação em ações de capacitação/formação, demonstrando quantitativamente a produtividade, a aquisição de conhecimento e a complexidade das ações propostas. Propostas de trabalho, planejamento, avaliações (envolvimento e aproveitamento das atividades propostas). A periodicidade é a cada evento executado.

CARGA HORARIA DAS CAPACITAÇÕES EXECUTADAS													
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Média
164	78	70	0	1	0	0	2	2	---	---	---	317	26,4

Fonte: SDS/GABINETE/DFEP

CURSO PREPARATÓRIO PARA CONCURSOS - CPC

O CPC possui uma história de duas décadas e se insere, com certeza, nas boas práticas de governança, e nos compromissos de democratização e universalização da educação pública, gratuita, de qualidade e para todos.

Embora seja majoritariamente organizado com foco nos processos educativos não formais, e mantenha com os sistemas de ensino uma estreita relação, o CPC sempre esteve vinculado ao sistema municipal de assistência social.

Em sua particularidade de centro formador, orientador e potencializador das habilidades cognitivas de estudantes e ex-estudantes, em diversos processos seletivos e admissionais, o CPC exerce singular contribuição a esse público em sua trajetória de buscas por garantias de direitos de inserção e proteção social.

Atuando em permanente colaboração com a política de assistência social, o CPC orienta seu projeto político-pedagógico em três níveis de intervenção: 1) socioeducativa; 2) socioassistencial e, 3) socioproductiva.

Os serviços educacionais proporcionados pelo CPC são distribuídos em dois pilares: 1) centro formador de mão de obra. Estruturado para ofertar experiência profissional para estagiários recrutados entre os graduandos das instituições de ensino superior no município de Juiz de Fora, através do Programa de Estágio Remunerado; 2) Unidade de Ensino Preparatória. Estruturada para atuar como porta de saída de programas sociais, assegurando, aos cidadãos socioassistidos, dos segmentos de baixa renda, cursos preparatórios para ingresso em instituições de ensino e para prestação de concursos públicos, com ênfase em programas do ENEM, PISM/UFJF, IF/SUDESTE. ESA e Concursos.

Com essa capacidade de cooperação e articulação da educação no campo da assistência social, o CPC teve sua organização e atribuições regulamentadas por meio da Resolução 137/SDS, de 02/08/2019, representando significativo passo na consolidação da sua estrutura administrativa e potencialização do seu perfil de centro formador e difusor de metodologias de ensino.

Seu quadro de recursos humanos é composto de pessoal de serviço operacional, serviço administrativo, supervisão, professores e estagiários.

O perfil acadêmico e a metodologia de trabalho da equipe de professores e estagiários, possibilita que o CPC exerça significativo papel nos processos educativos dos seus beneficiários e colabore, sobretudo, com a política de Formação e Educação Permanente da SDS.

Em decorrência das ações de enfrentamento da pandemia da COVID-19, o CPC tem experimentado diferentes metodologias de ensino remoto. Por meio da plataforma google classrrom, redes sociais e outras plataformas de vídeo-aulas, vem se colocando em prática diferentes estratégias de mobilizar, sensibilizar e ofertar os produtos educacionais ao seu público-alvo.

Tal experiência, com certeza, no futuro próximo, nos permitirá avançar na adoção de estratégias de ensino híbrido, tanto como forma de ampliar o universo de beneficiários, quanto na inegável contribuição da tecnologia para o processo de ensino-aprendizagem.

Com atendimento médio anual de 720 beneficiários, distribuídos em três turnos, o CPC não atingiu, ainda, a satisfação de demanda, registrando uma média anual de 500 alunos não beneficiados por falta de vagas.

A não satisfação plena da demanda se dá, essencialmente, pela ausência de estrutura física para instalação de salas de aulas no prédio-sede do CPC.

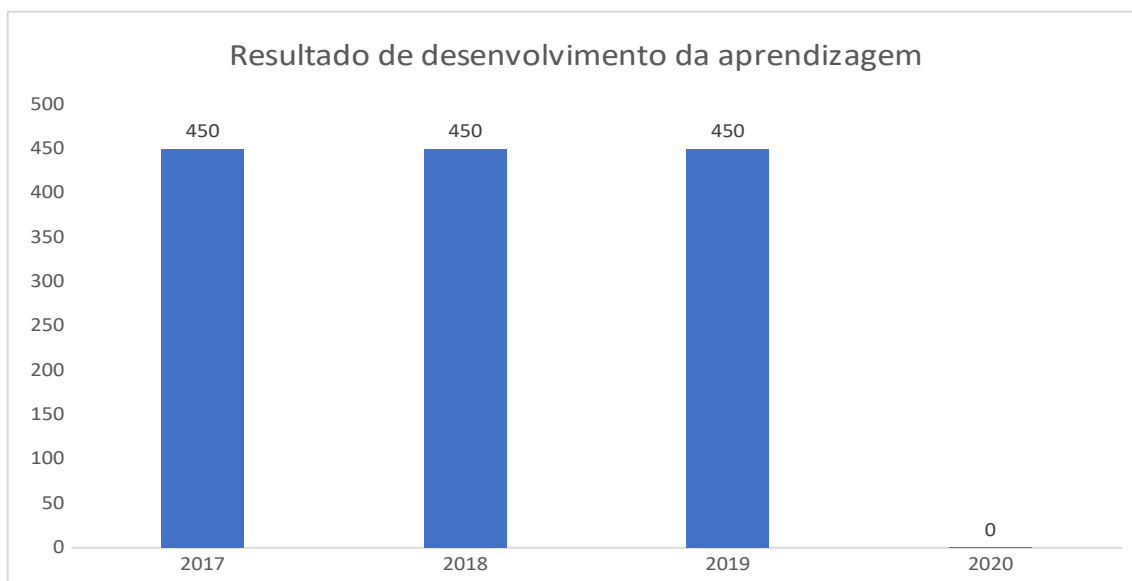
Para satisfazer a demanda e, sobretudo, induzir novas demandas do público-alvo da assistência social, o desafio que se coloca para o CPC é o de encontrar mecanismos de descentralização dos seus serviços educacionais.

RESULTADO DE DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM: PARTICIPAÇÃO E EVOLUÇÃO.

O objetivo deste item é mensurar a capacidade de apropriação das habilidades de aprendizagem e verificar indicadores de participação e desempenho. É realizado através de simulados e entrevista de retorno realizada com o estudante, com periodicidade semestral.

Resultado de Desenvolvimento da Aprendizagem				
	2017	2018	2019	2020
Participação	450	450	450	Não apurado

Fonte: SDS/GABINETE/DFEP

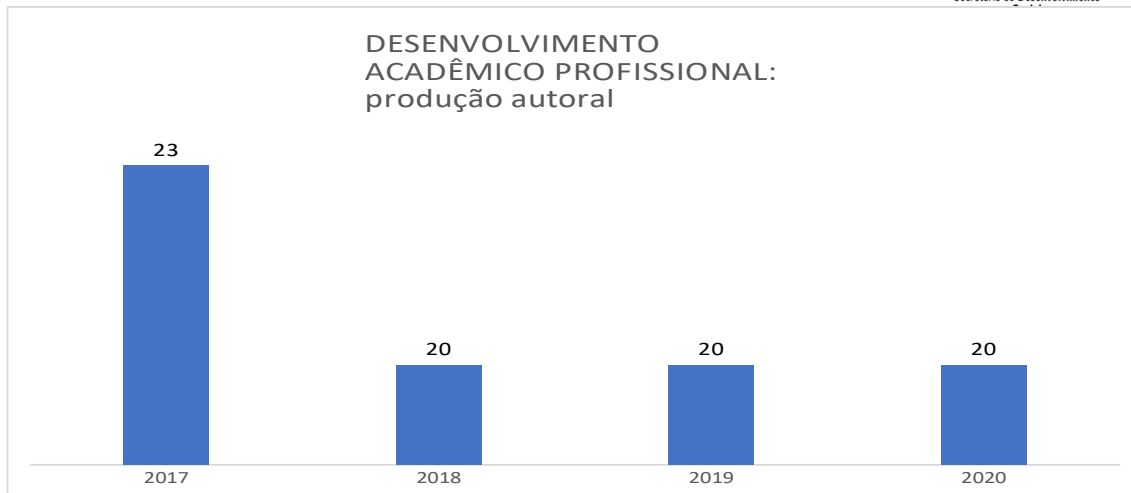


Fonte: SDS/GABINETE/DFEP

DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO PROFISSIONAL: PRODUÇÃO AUTORAL

É mensurado através da produção acadêmica, técnica e científica dos profissionais e estagiários do CPC. Este dado é compilado através de relatórios técnicos da instituição de forma mensal.

DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO PROFISSIONAL: Produção Autoral				
	2017	2018	2019	2020
Produção	23	20	20	20



Fonte: SDS/GABINETE/DFEP

1.6 – SDS NA PANDEMIA

- Ampliação do número de Cestas Básicas de 1000 para 3250;
- fornecimento de almoço para a População em Situação de Rua em novos espaços incluindo final de semana;
- fornecimento de jantar fora dos equipamentos de acolhimento de segunda a sexta feira;
- fornecimento de cestas básicas para os usuários das unidades de atendimento a pessoas com deficiência – PCD com serviço suspenso;
- fornecimento de gêneros alimentícios para todas as ILPs inscritas no CMAS;
- abertura de um acolhimento misto com 50 vagas para pessoa em situação de rua – casa cem;
- desmembramento da casa de passagem para homem em três unidades de atendimento (santa luzia – jardim esperança – av. Brasil);
- instalação de 7 torneiras em 7 praças distintas;
- as casas de passagem para homens e mulheres funcionam 24 horas;
- distribuição de máscaras; e,
- kit de higiene.

2 – SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – SSVM.

Um dos pilares da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e tem como objetivo a produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorialidades como:

situações de vulnerabilidade e risco sociais que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios.

Em relação aos avanços, destacamos a melhoria dos sistemas, criação de formulários eletrônicos, implementação de ações voltadas aos instrumentos de regulação e monitoramento da rede prestadora dos serviços, programas e dos benefícios socioassistenciais, e na gestão do Cadastro Único.

As ações da Subsecretaria de Vigilância Socioassistencial são executadas por intermédio de dois departamentos: Departamento de Transferência de Renda (DTR) e Departamento de Regulação e Acompanhamento de Parceiras (DRAP).

2.1 – DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PARCERIAS – DRAP

Em consonância com a Regulação do Sistema Único de Assistência Social, que visa ações que asseguram o cumprimento de atos regulamentares, tais como leis, regras, normas, instruções que buscam garantir o desenvolvimento da política de Assistência Social. O Departamento em suas ações deve assegurar o cumprimento das regulamentações estabelecidas nas parcerias celebradas entre a Prefeitura, com interveniência da SDS e a Rede Socioassistencial, através de Termos de Colaboração e/ou Fomento.

O DRAP é composto por duas Supervisões, a Supervisão de Regulação de Parcerias e a Supervisão de Redes Temáticas. As supervisões são responsáveis, pelo acompanhamento da execução dos serviços e/ou programas executados pelas entidades parceiras, monitorando ainda os cumprimentos das metas físicas estabelecidas, atualização cadastral dos prestadores de serviços e programas de assistência social, ação primordial para a alimentação do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS em plataforma digital do Ministério da Cidadania. Este procedimento é essencial para o estabelecimento de parcerias no âmbito da Assistência Social.

Atualmente o acompanhamento é realizado em 45 (quarenta e cinco) unidades executoras de serviços e/ou programas, executados por 15 (quinze) OSCs parceiras, contempladas por Editais de Chamamentos Públicos, estabelecidos pela Lei 13.019/2014. As ferramentas utilizadas para este fim envolvem ações de monitoramento, com controle, acompanhamento e avaliação dos dados apresentados e observados no desenvolvimento dessas parcerias.

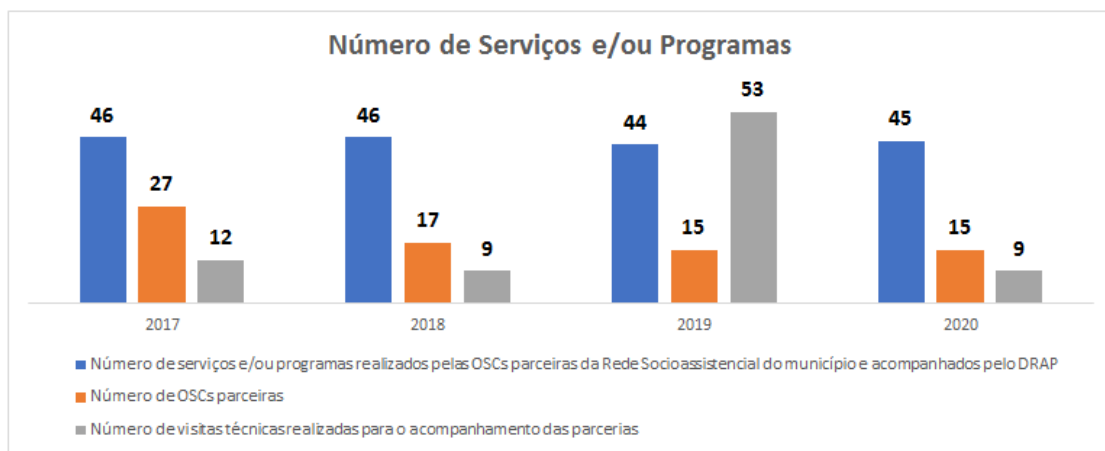
Para tanto, a equipe técnica utiliza instrumentos como: visitas em “in loco”, relatórios de acompanhamento, relatórios periodicamente encaminhados tanto pelas OSCs quanto pelos Gestores das Parcerias, além de acompanhamento de RH (Recursos Humanos), reforçando as ações que assegurem o controle e avaliação dos serviços e/ou programas, conforme o que foi estabelecido em seus Termos de Colaboração e/ou Fomento e respectivos Planos de Trabalho. A equipe também promove orientações quanto às dúvidas existentes e inconsistências

observadas na execução, direcionando-as, quando necessário, aos Gestores das Parcerias para as orientações técnicas.

O DRAP é responsável pelo encaminhamento para publicizações dos Termos de Parcerias (Termos de Colaboração e de Fomento), dos Aditivos e Relatórios no site da SDS, garantindo assim, a transparência e o cumprimento de publicizações das ações do Monitoramento e Avaliação, em Plataforma Eletrônica, com o objetivo de gestão adequada e regular das parcerias celebradas.

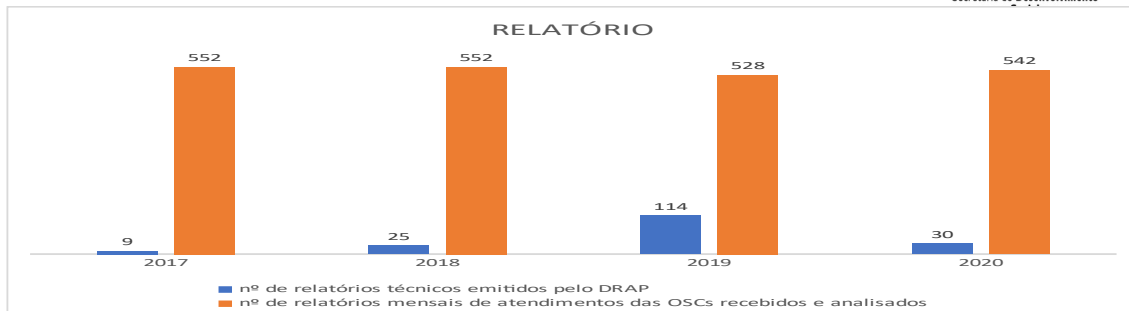
Os relatórios técnicos emitidos pelo DRAP tem por objetivo o acompanhamento da execução regular das parcerias celebradas, de forma contínua, a partir das visitas técnicas realizadas e relatórios encaminhados pelos Gestores das Parcerias. Ressaltamos que, por fazer parte da Comissão de Monitoramento e Avaliação, com a participação de 03 (três) técnicos, o DRAP ainda é responsável pela homologação e publicização dos relatórios supracitados. Portanto, as visitas técnicas realizadas pela equipe do DRAP, enquanto Comissão de Monitoramento e Avaliação, subsidiam com seus relatórios e observações, a homologação dos Relatórios Parciais de Execução encaminhados pelos Gestores das Parcerias.

Assim, importante enfatizar que todas as ações do DRAP são executadas de forma contínua e sistematizada, em conformidade com os períodos para suas publicizações observando e respeitando o pactuado nos Termos de Parcerias.



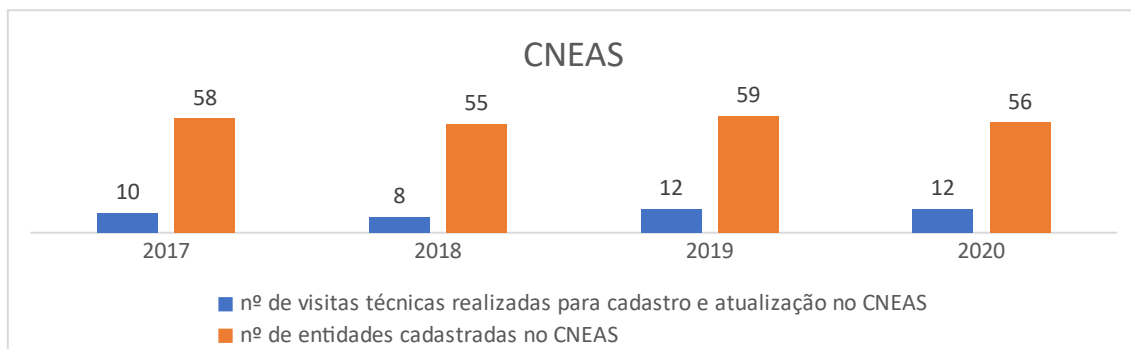
Fonte: SDS/ SSVM/ DRAP (dezembro de 2020).

Produção de relatórios realizados pelo departamento por ano, foi em média de 44 relatórios durante o período analisado, e da análise em média de 542 relatórios anuais, encaminhados pelas OSCs parceiras.



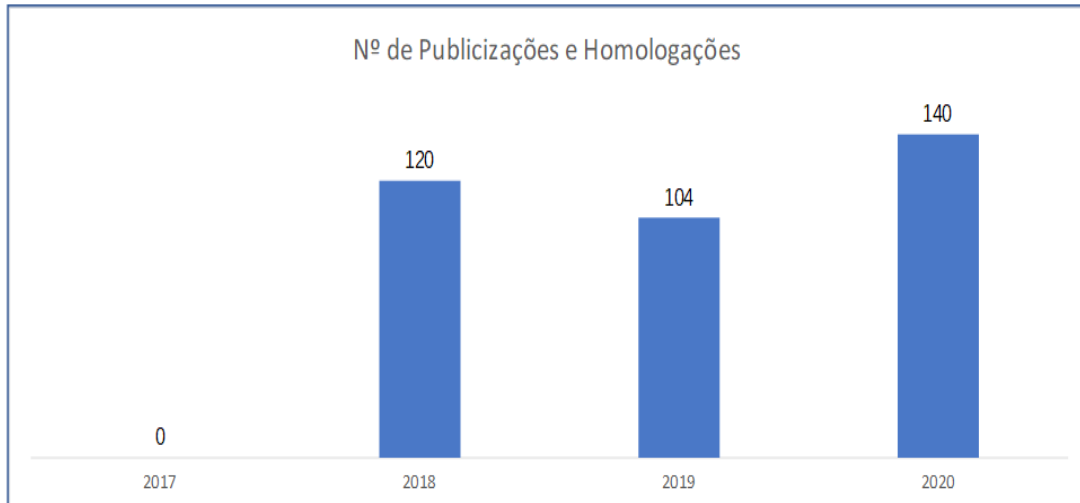
Fonte: SDS/ SSVM/ DRAP(dezembro de 2020)

O Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS) é uma ferramenta de gestão, que armazena informações sobre as organizações e ofertas socioassistenciais com atuação no território nacional. De responsabilidade da administração pública, permite a aproximação entre o Estado e a sociedade civil, possibilitando o acompanhamento do atendimento aos usuários da política e reconhecendo a importância das organizações no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. (Fonte: <http://mds.gov.br/>). Foram em média 10 visitas técnicas para realizar para cadastro e atualização no CNEAS, são cerca de 58 entidades, por ano.



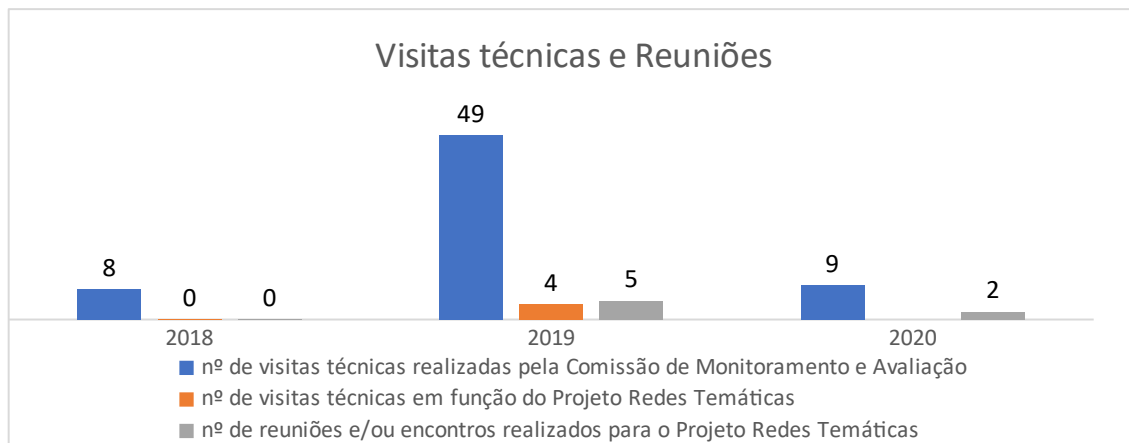
Fonte: SDS/ SSVM/ DRAP(dezembro de 2020)

As homologações e publicizações são realizadas no site da SDS, e este procedimento começou a ser realizado no ano de 2018. Estas homologações e publicizações são acompanhadas pela Comissão de Monitoramento e Avaliação com os Relatórios Parciais de Execução encaminhados pelos Gestores das Parcerias e complementados pela Comissão. São cerca de 45 publicizações de relatórios (atualmente quadrimestrais) referentes aos serviços e/ou programas executados pela rede parceira. A publicização dos Termos de Colaboração e/ou Fomento e seus Aditivos ocorrem sempre que necessário.



Fonte: SDS/ SSVM/ DRAP(dezembro de 2020)

Em 2019, teve início a execução do Projeto Redes Temáticas, elaborado pela Supervisão de Redes Temáticas, mantendo um contato constante com a rede parceira a fim de alinhar a Política de Assistência Social com a prática, fortalecendo esta rede na execução da sua missão na garantia da assistência social para quem dela necessitar. Foram realizadas desde o início até o momento atual, 9 (nove) reuniões e/ou encontros com a participação das OSCs envolvidas, além de outras 03 (três) reuniões com os Departamentos afins à execução do Projeto, que atualmente recebe o nome de “Café com Parceiros”. Os objetivos das visitas e encontros no Projeto são respectivamente: buscar maior envolvimento com as OSCs parceiras conhecendo mais especificamente suas demandas e promover discussões de temas com aproximação das parceiras que executam serviços e/ou programas afins.



Fonte: SDS/SSVM/DRAP(dezembro de 2020)

Quadro de pessoal DRAP	
Cargo	Quantitativo
Gerente	01
Supervisor II – de Regulação de Parcerias	01
Supervisor II – de Redes Temáticas	01
Assistente Social – TNS – Assistente Social	01

Psicólogo – TNS	01
TOTAL	05
Estagiários (contratos suspensos)	02

2.2 – DEPARTAMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA – DTR

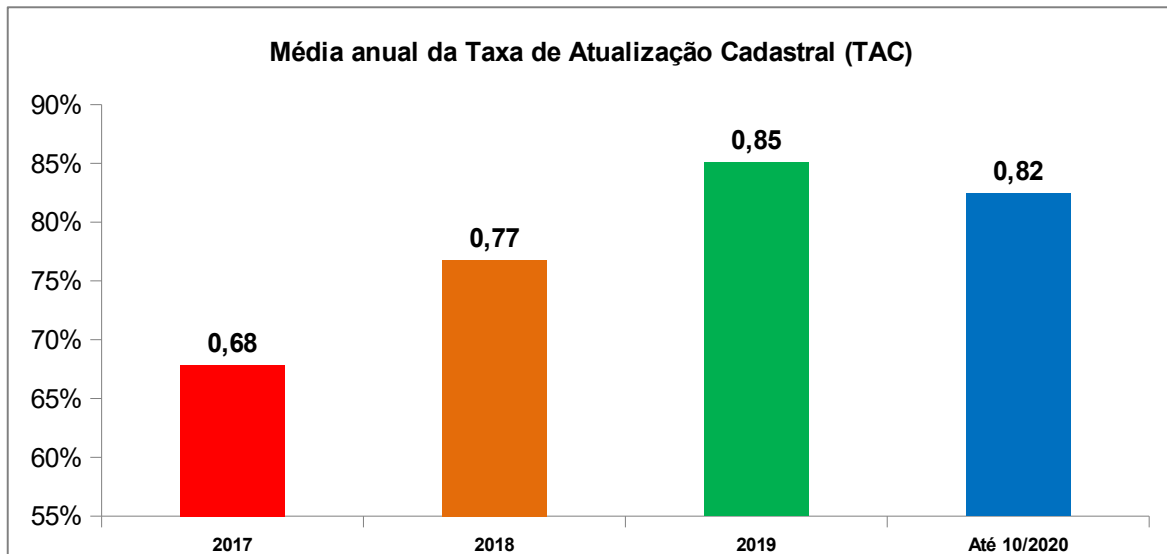
O Departamento de Transferência de Renda, possui atribuições voltadas para a Gestão do Cadastro Único e ao acompanhamento e monitoramento dos Programas e Benefícios Sociais, tais como: Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada – BPC, dentre outros.

O DTR é composto por suas Supervisões, a Supervisão de Gestão do Cadastro Único – SGCAU e a Supervisão de Assistência e Auditoria de Beneficiários – SAABE. Destacamos abaixo algumas das atribuições realizadas pelas supervisões:

- Atualização dos registros cadastrais, sempre que houver modificação nos dados das famílias, ou revalidação dos mesmos, confirmando que as informações específicas se mantiveram inalteradas;
- Adoção de medidas para o controle e a prevenção de fraudes ou inconsistências cadastrais;
- Zela pela guarda e sigilo das informações coletadas e digitadas, mantendo a organização do arquivo físico que contém os registros realizados pelo município no Cadastro Único do Governo Federal pelo prazo legal estabelecido;
- Apoiar e acompanhar as condicionalidades do PBF na repercussão do pagamento dos beneficiários junto às Secretarias de Saúde e Educação, através de ferramentas de apoio;
- Disponibiliza às Instâncias de Controle Social (ICS) acesso aos formulários do CadÚnico e aos dados e informações constantes em sistemas informatizados desenvolvidos para gestão, controle e acompanhamento do PBF e dos Programas Remanescentes, bem como as informações relacionadas às condicionalidades do PBF;
- Coordena reuniões socioeducativas junto aos beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF;
- Acompanha junto aos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, o cumprimento das condicionalidades do Programas Bolsa Família: Assistência Social, Saúde e Educação;
- Realiza visitas técnicas às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que estão com os dados cadastrais desatualizados;
- Recebe, organiza e apura denúncias oriundas do Disque Denúncia, CRAS ou outras unidades sobre possíveis irregularidades de benefícios concedidos a famílias cadastradas no Programa Bolsa Família.

2.2.1 – Supervisão de Gestão do Cadastro Único – SGCAU

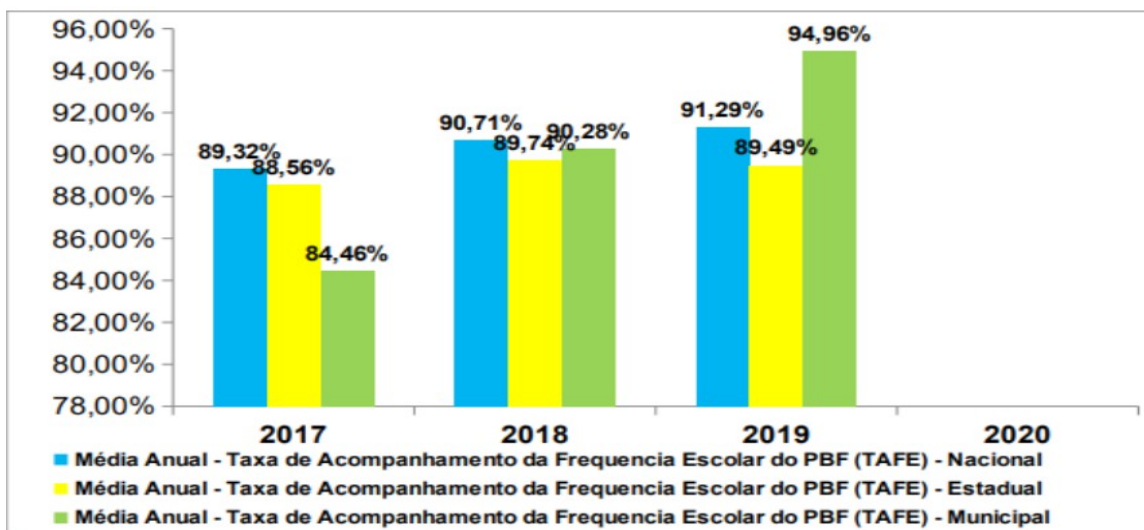
2.2.1.1 - Média anual da Taxa de Atualização Cadastral (TAC – proporção entre o total de famílias com perfil de renda per capita de ½ salário-mínimo cadastradas e atualizadas com o total de famílias com perfil de renda per capita de ½ salário mínimo cadastradas).



Fonte: Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único (CECAD) - Governo Federal / Departamento de Transferência de Renda (DTR / SSV / SDS)

Obs.: Como medida para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. (SUAS) e conforme Portaria Federal nº 337/2020 de 24/03/2020 e Decreto Municipal nº 13.893/2020 de 16/03/2020 a partir de março / 2020 houve paralisação no envio de correspondências para famílias com cadastros desatualizados a fim de evitar aglomeração de pessoas no setor de atendimento.

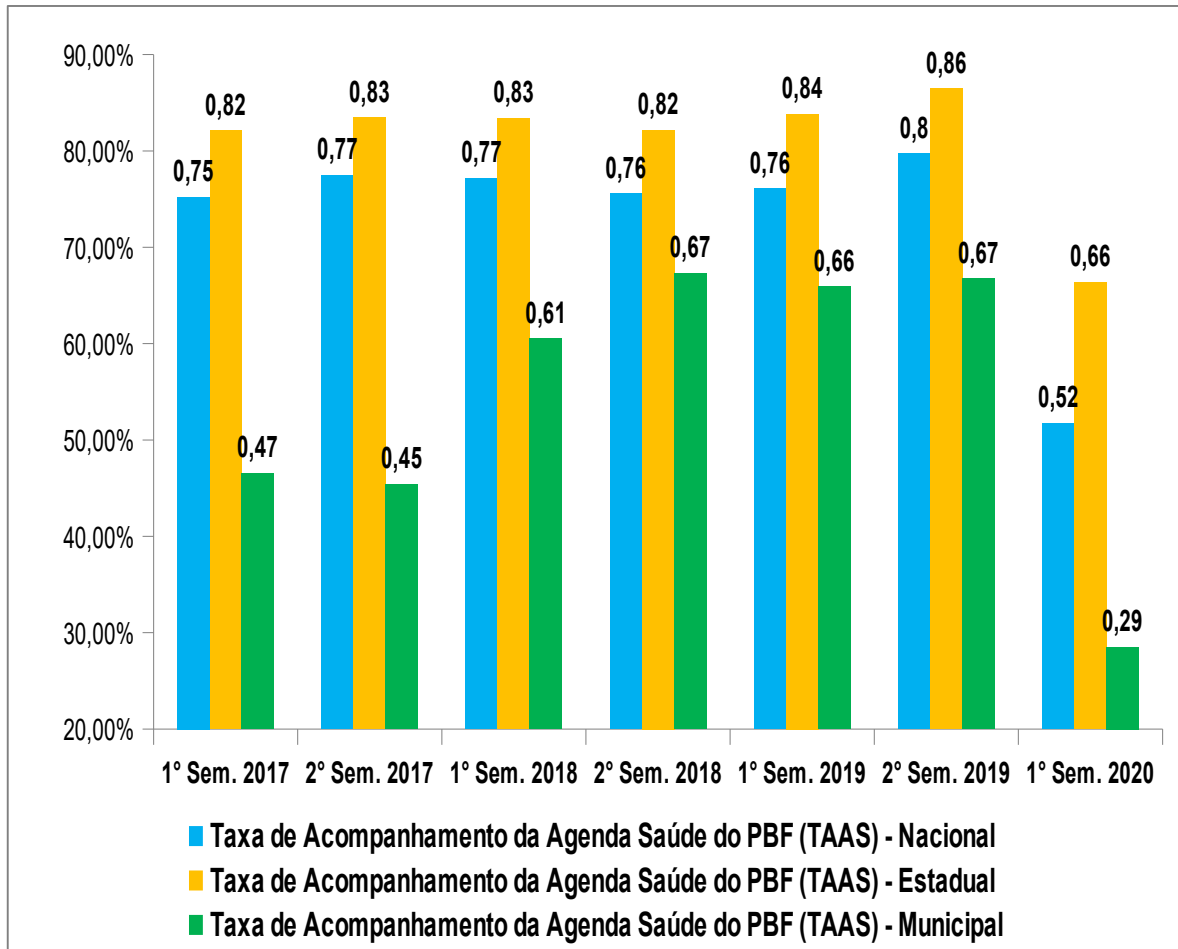
2.2.1.2 – Média anual da Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar (TAFE – proporção entre o total de crianças e adolescentes com idade entre 06 e 17 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família com acompanhamento da frequência escolar com o total de crianças e adolescentes com idade entre 06 e 17 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família com perfil para acompanhamento da frequência escolar).



Fonte: Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF) – Governo Federal

Obs.: Como medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e conforme Portaria Federal nº 337/2020 de 24/03/2020 e Decreto Municipal nº 13.893/2020 de 16/03/2020 em 2020 esse indicador não está sendo gerado em virtude da suspensão das aulas na rede de ensino pública e particular devido a pandemia de COVID-19.

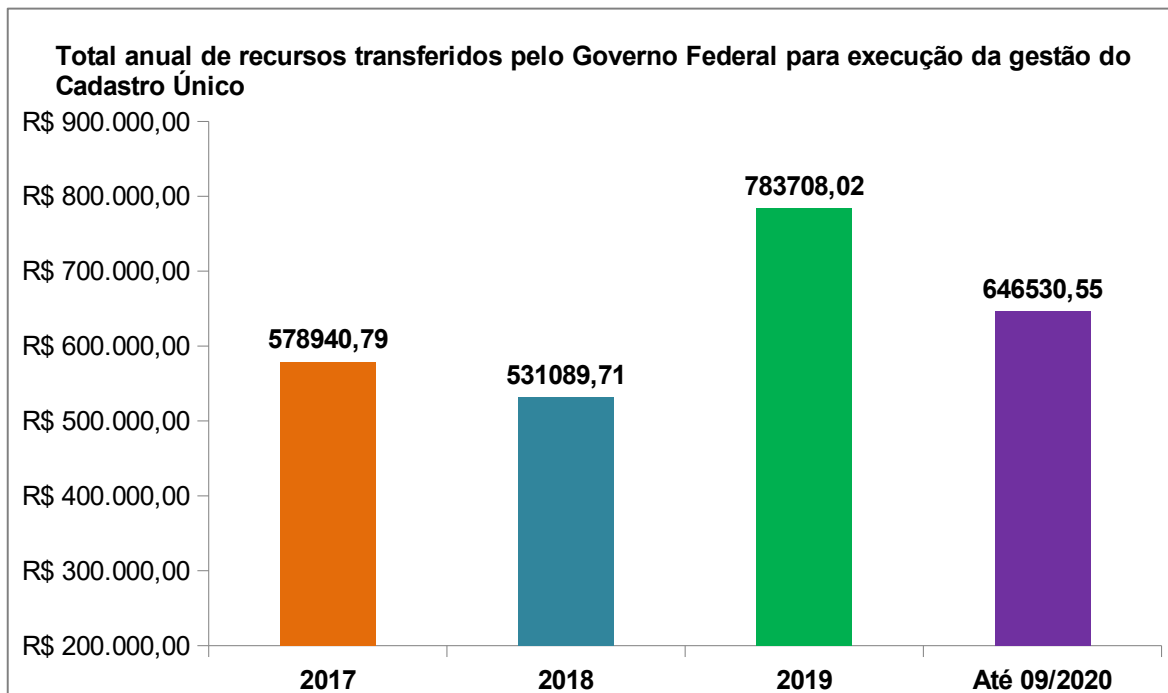
2.2.1.3 – Taxa de Acompanhamento da Agenda Saúde (TAAS – proporção entre o total de crianças de 0 a 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família acompanhadas nas unidades de saúde com o total de crianças de 0 a 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família com perfil para acompanhamento).



Fonte: Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF) – Governo Federal

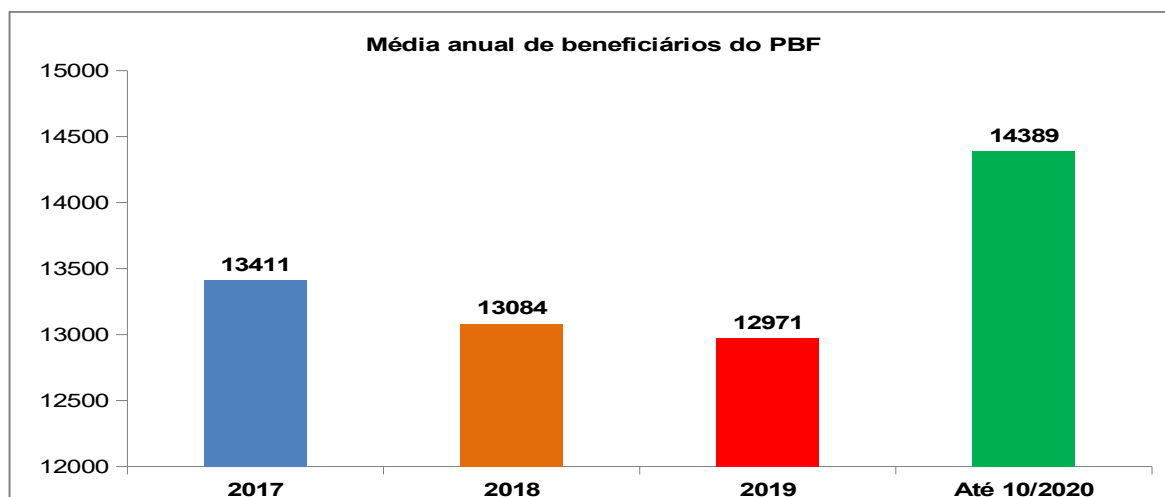
Obs.: Como medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. (SUAS) e conforme Portaria Federal nº 337/2020 de 24/03/2020 e Decreto Municipal nº 13.893/2020 de 16/03/2020 em 2020 esse indicador não está sendo gerado em virtude da suspensão do acompanhamento das famílias do Programa Bolsa Família nas unidades de saúde devido a pandemia de COVID-19.

2.2.1.4 – Total anual de recursos transferidos pelo Governo Federal através do Índice de Gestão Descentralizada (IGD-PBF) para execução das ações do Cadastro Único em Juiz de Fora (MG)



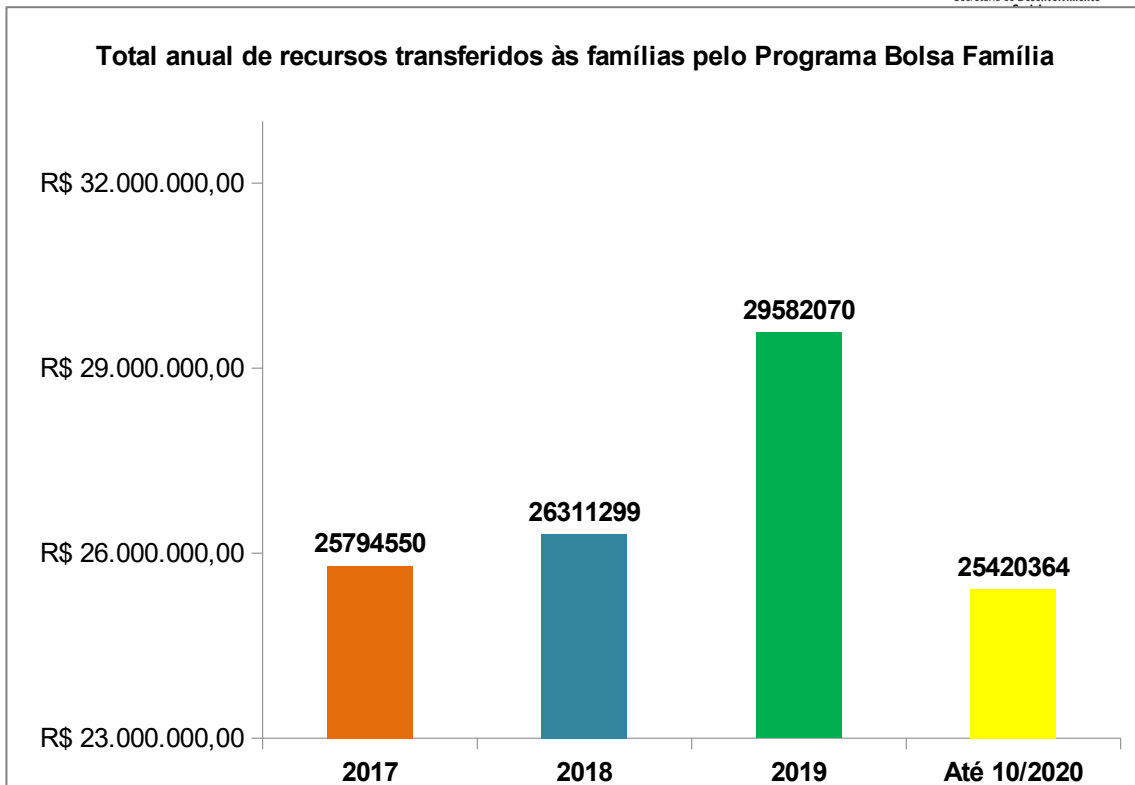
Fonte: https://aplicacoes.mds.gov.br/suaswebcons/restrito/execute.jsf?b=*dpotvmubsQbsdfmbtQbhbtNC&event=*fyjcs

2.2.1.5 – Média anual de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) em Juiz de Fora (MG)



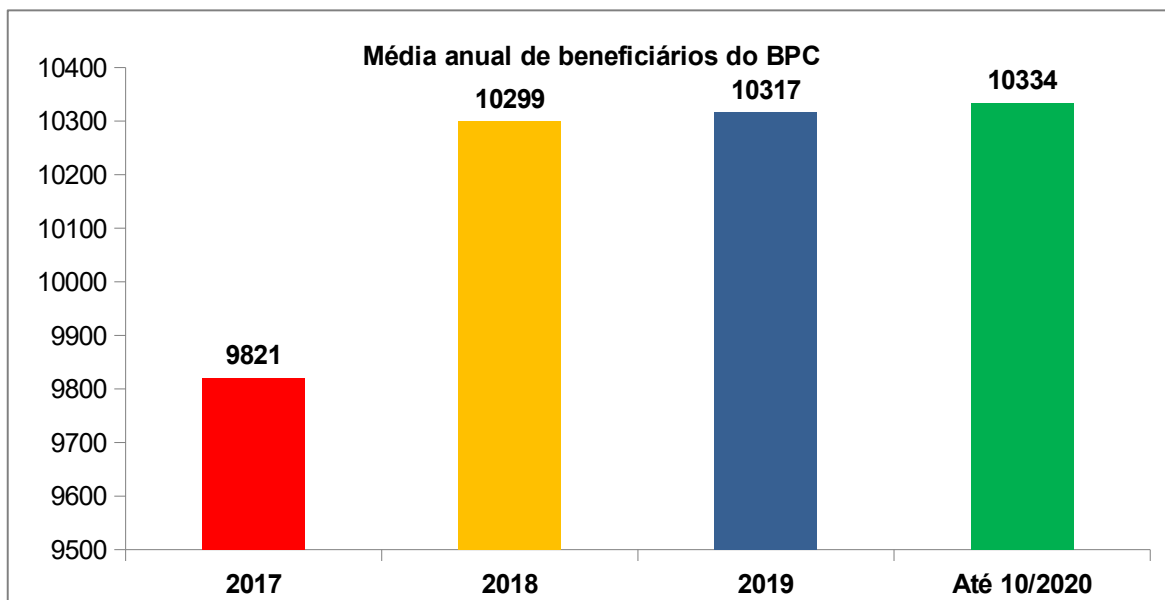
Fonte: Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família / Departamento de Transferência de Renda (DTR / SSVM / SDS)

2.2.1.6 – Total anual de recursos transferidos às famílias pelo Programa Bolsa Família em Juiz de Fora (MG)



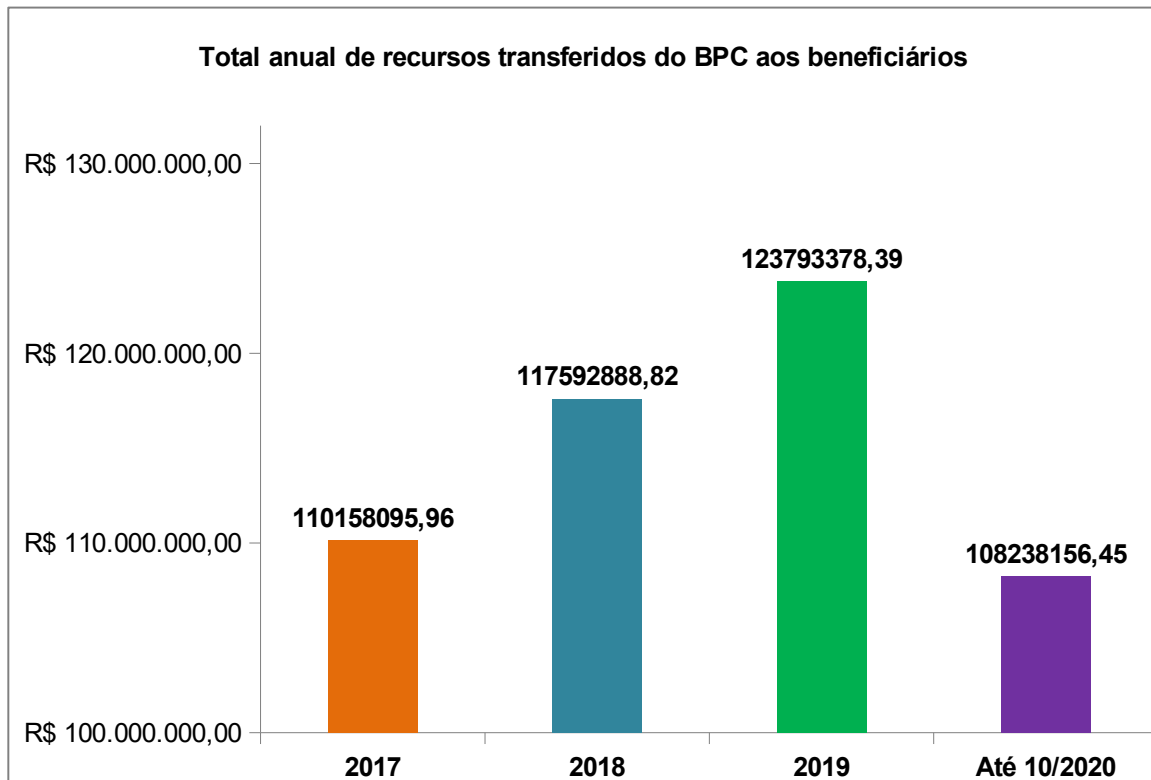
Fonte: Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família / Departamento de Transferência de Renda (DTR / SSVM / SDS)

2.2.1.7 – Média anual de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em Juiz de Fora (MG)



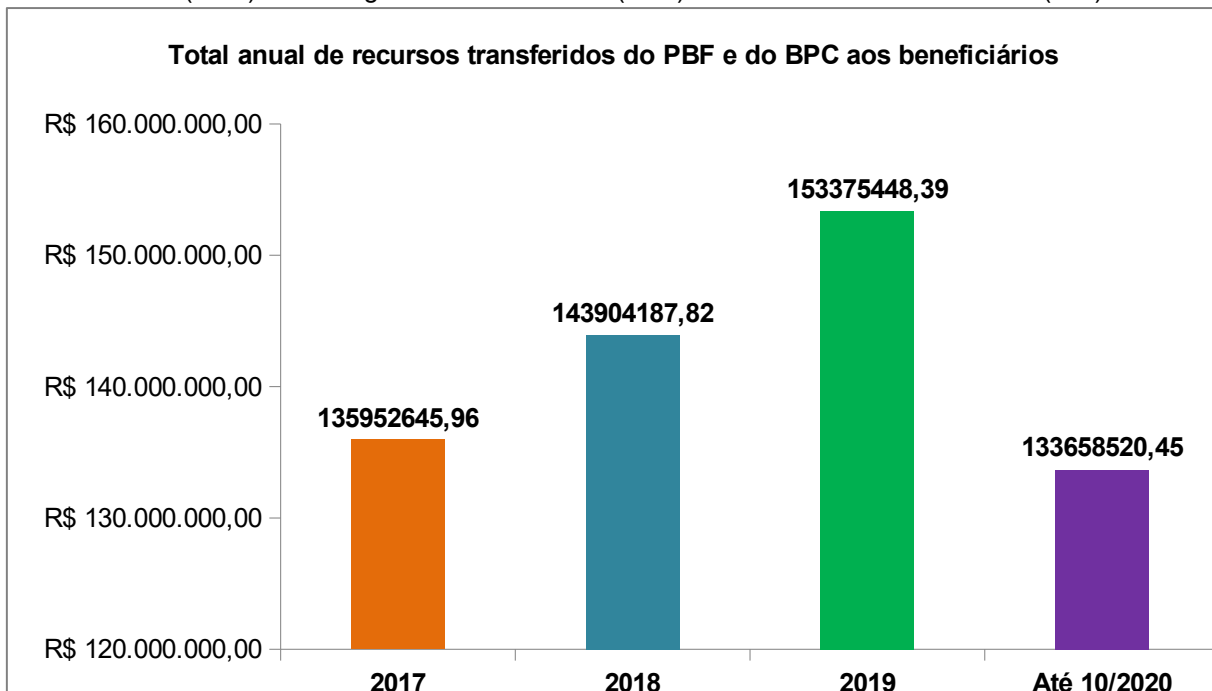
Fonte: http://www.mds.gov.br/relocrys/bpc/download_beneficiarios_bpc.htm / Departamento de Transferência de Renda (DTR / SSVM / SDS)

2.2.1.8 – Total anual de recursos transferidos aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada em Juiz de Fora (MG)



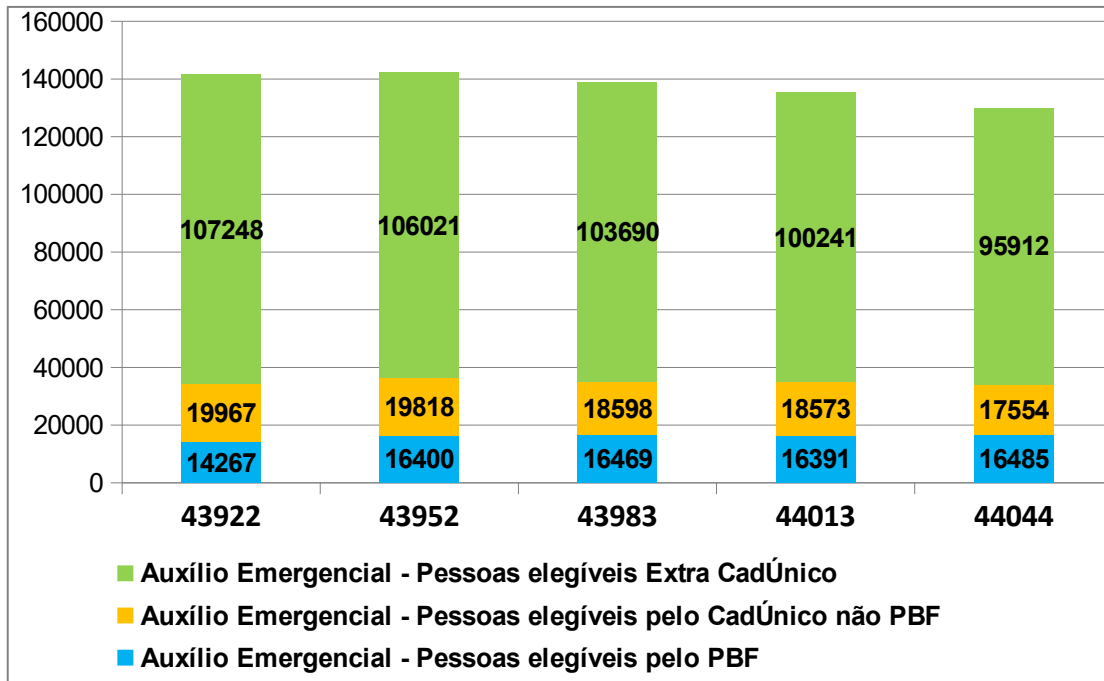
Fonte: http://www.mds.gov.br/relocrys/bpc/download_beneficiarios_bpc.htm / Departamento de Transferência de Renda (DTR / SSVN / SDS)

2.2.1.9 – Total anual de recursos transferidos aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF) acumulados em Juiz de Fora (MG)



Fonte: Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família / Departamento de Transferência de Renda (DTR / SSVN / SDS) e http://www.mds.gov.br/relocrys/bpc/download_beneficiarios_bpc.htm.

2.2.1.10 – Total de pessoas elegíveis para recebimento do Auxílio Emergencial em Juiz de Fora (MG)



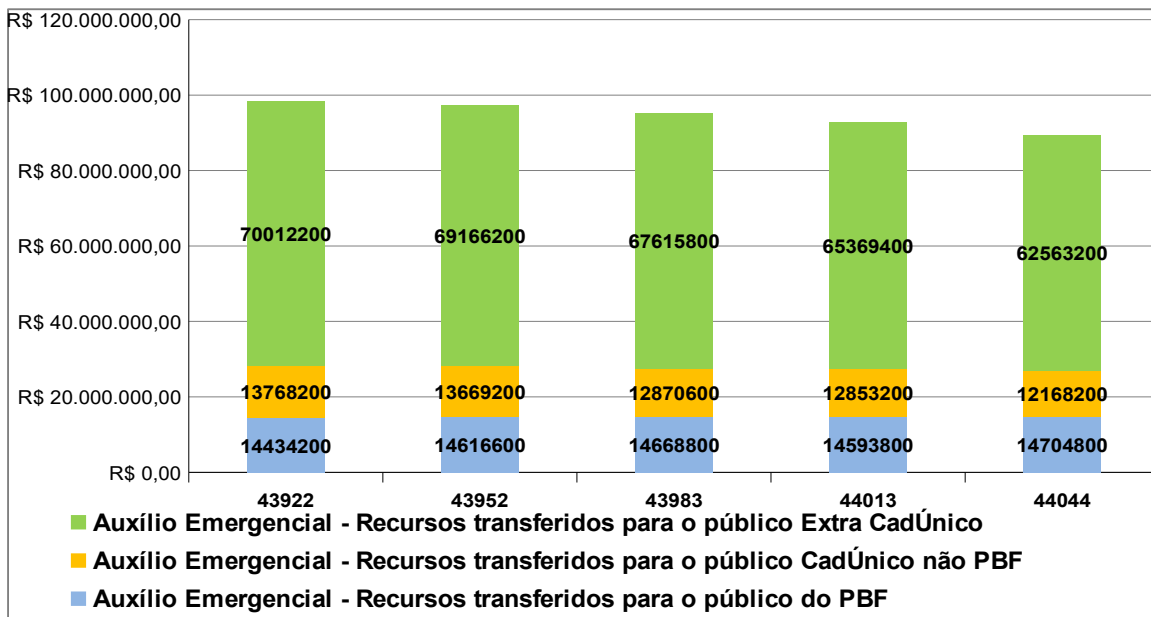
Fon

te: Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF) – Governo Federal

Obs.: Em 2020 esse benefício começou a ser pago devido a pandemia de COVID-19.

A partir de setembro o Auxílio Emergencial entrou na segunda fase denominado Auxílio Emergencial Residual. Após análise das principais fontes do Governo Federal os dados referentes a esta fase não estão disponíveis.

2.2.1.11 – Total de recursos transferidos aos beneficiários do Auxílio Emergencial em Juiz de Fora (MG)

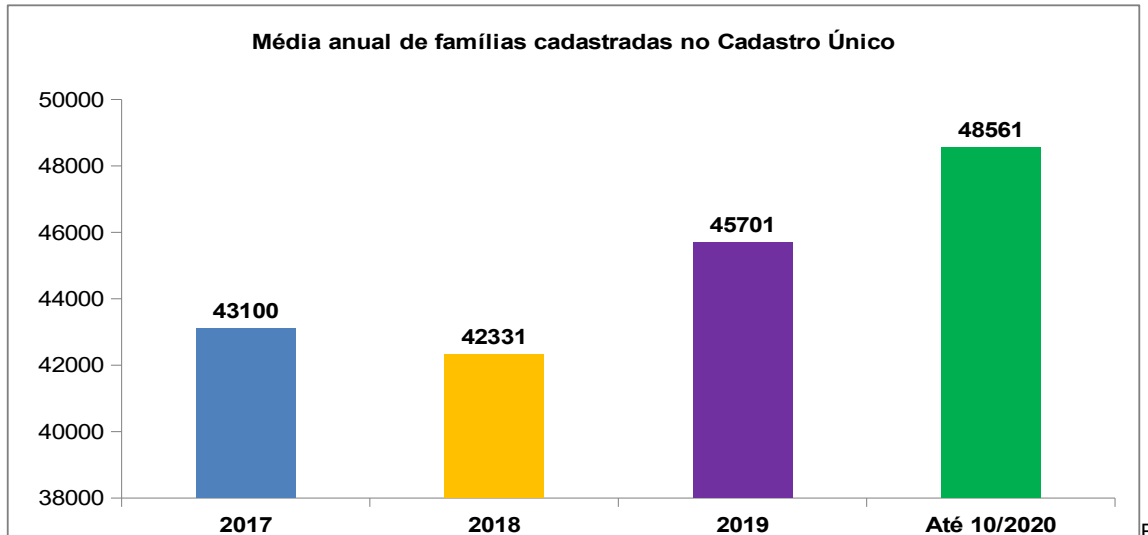


Fonte: Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF) – Governo Federal

Obs.: Em 2020 esse benefício começou a ser pago devido a pandemia de COVID-19.

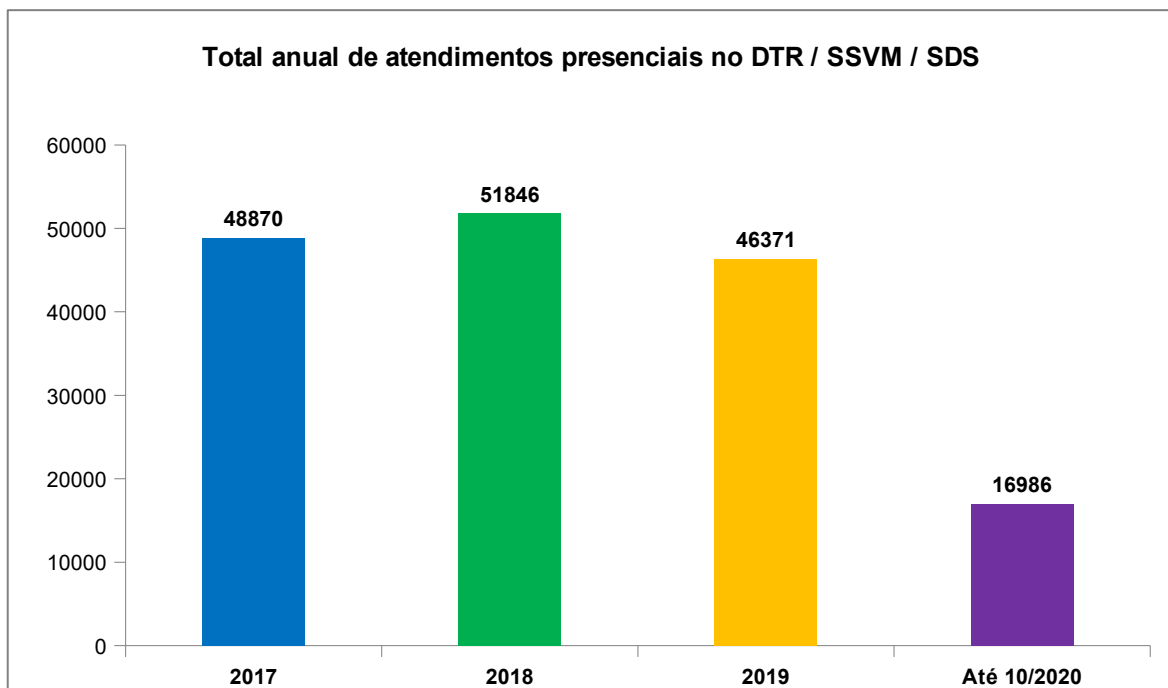
A partir de setembro o Auxílio Emergencial entrou na segunda fase denominado Auxílio Emergencial Residual. Após análise das principais fontes do Governo Federal os dados referentes a esta fase não estão disponíveis.

2.2.1.12 – Média anual das famílias cadastradas no Cadastro Único em Juiz de Fora (MG)



onte: Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único (CECAD) - Governo Federal

1.13 – Total anual de atendimentos presenciais no DTR / SSVM / SDS

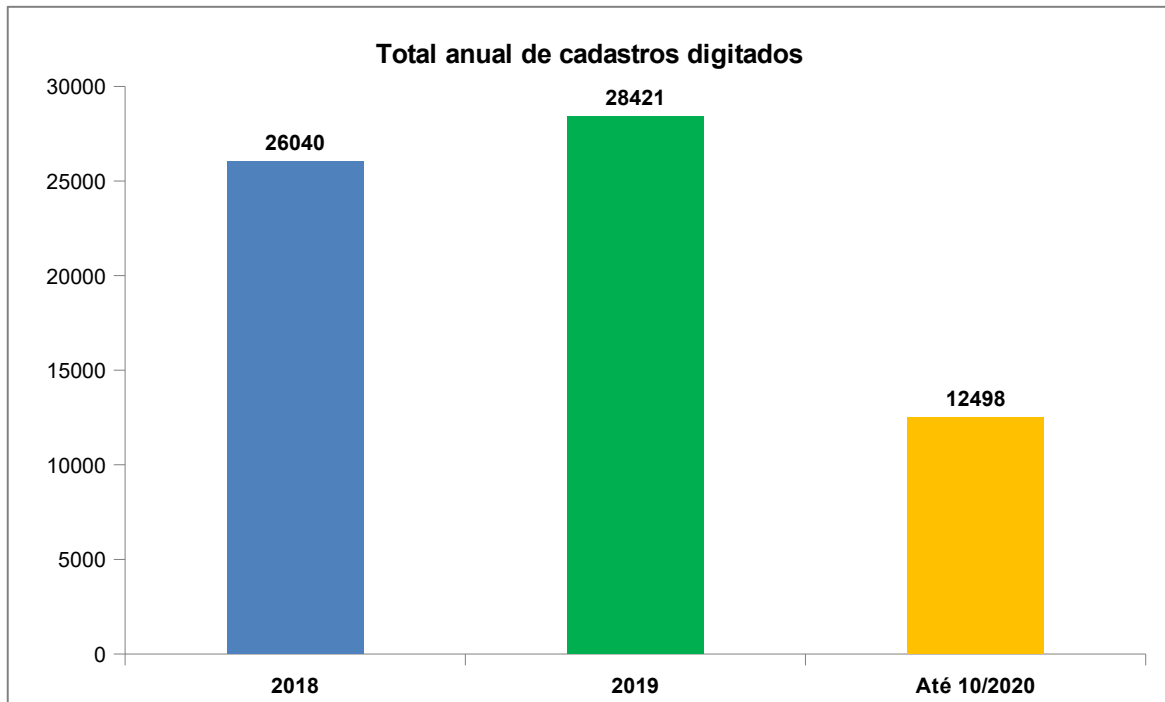


Fonte: Sistema de Gerenciamento do Atendimento (SGA) / Departamento de Transferência de Renda (DTR / SSVM / SDS)

Obs.: Em 2017 a contabilização dos atendimentos foi realizada por controle individual dos funcionários. A partir de maio de 2018 houve a implantação do painel eletrônico de senhas e os valores de atendimento presencial passaram a ser extraídos do sistema SGA. Como medidas

para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. (SUAS) e conforme Portaria Federal nº 337/2020 de 24/03/2020 e Decreto Municipal nº 13.893/2020 de 16/03/2020 partir de março / 2020 o atendimento passou a ser realizado por agendamento e com um número menor de pessoas por dia a fim de evitar aglomeração de pessoas.

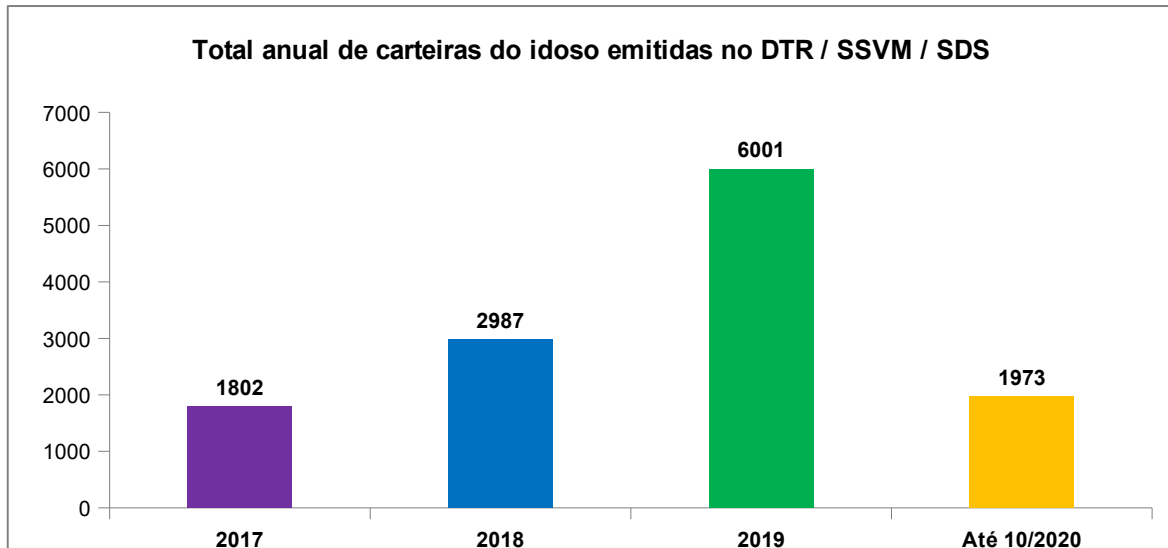
2.2.1.14 – Total anual de cadastros digitados no sistema do Cadastro Único v7.



Fonte: Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único (CECAD) - Governo Federal

Obs.: Em 2017 esse indicador não era avaliado. Como medida para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. (SUAS) e conforme Portaria Federal nº 337/2020 de 24/03/2020 e Decreto Municipal nº 13.893/2020 de 16/03/2020 partir de março / 2020 o atendimento das famílias do Cadastro Único passou a ser realizado por agendamento e com um número menor de pessoas por dia, tanto na Secretaria de Desenvolvimento Social, como nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), reduzindo consequentemente o número de cadastros digitados no Sistema do Cadastro Único v7.

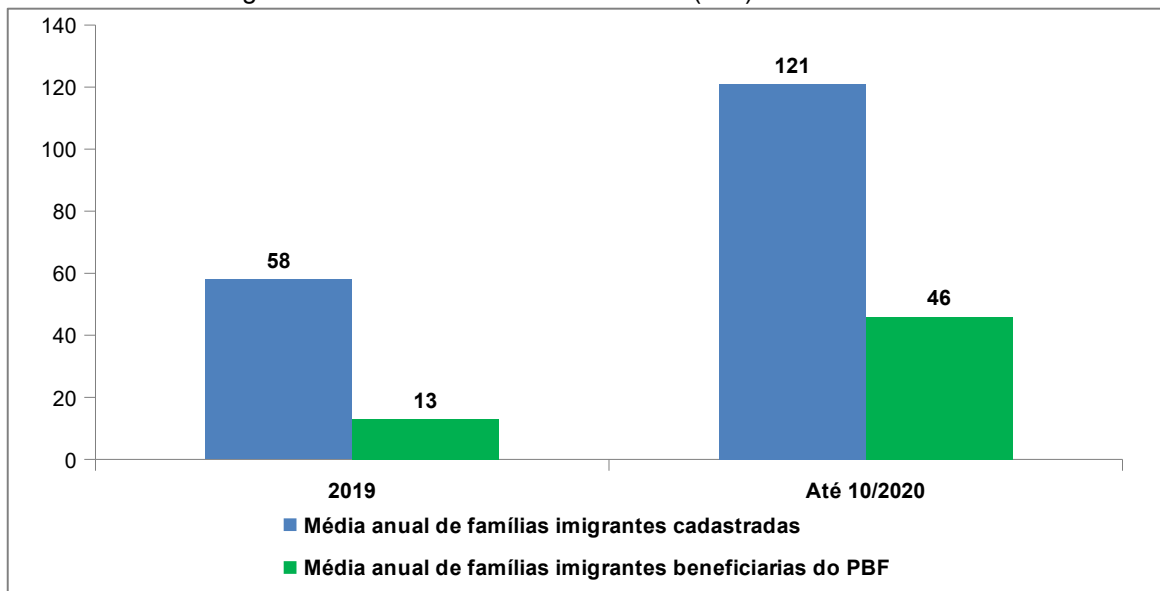
2.2.1.15 – Total anual de carteiras do idoso emitidas no DTR / SSVM / SDS.



Fonte: Departamento de Transferência de Renda (DTR / SSVM / SDS)

Obs.: Como medida para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. (SUAS) e conforme Portaria Federal nº 337/2020 de 24/03/2020 e Decreto Municipal nº 13.893/2020 de 16/03/2020 A partir de março / 2020 houve redução no número de solicitações de carteiras do idoso emitidas em virtude da redução do número de atendimentos diários no setor.

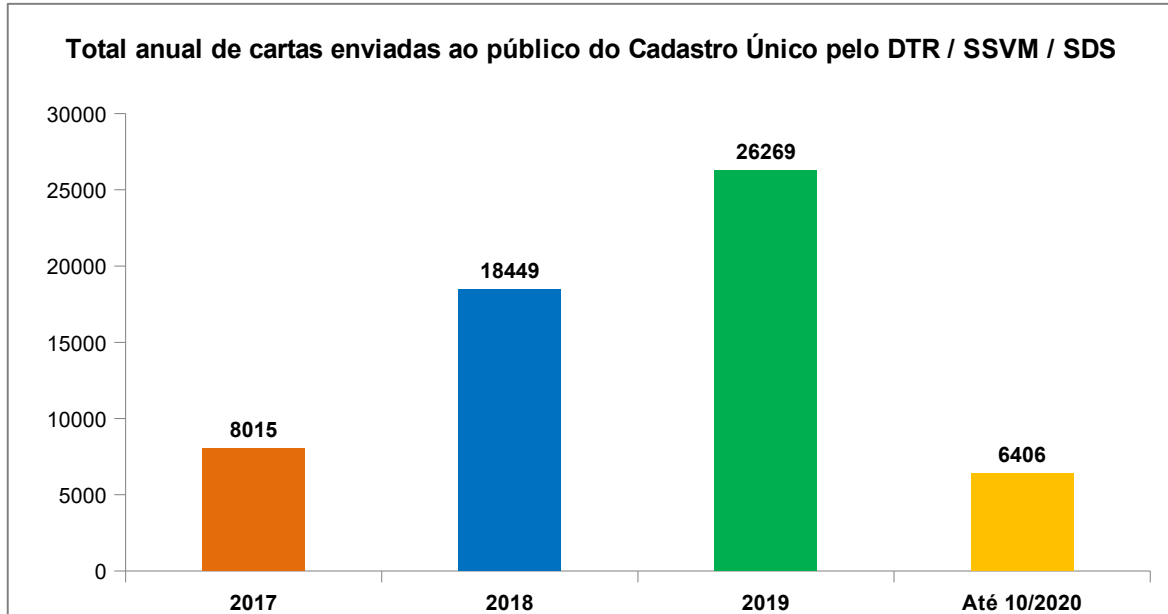
2.2.1.16 – Média anual de famílias imigrantes cadastradas no sistema do Cadastro Único v7 e beneficiárias do Programa Bolsa Família em Juiz de Fora (MG)



Fonte: Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único (CECAD) - Governo Federal / / Governo Federal / Departamento de Transferência de Renda (DTR / SSVM / SDS)

Obs.: Em 2017 e 2018 esses indicadores não eram avaliados.

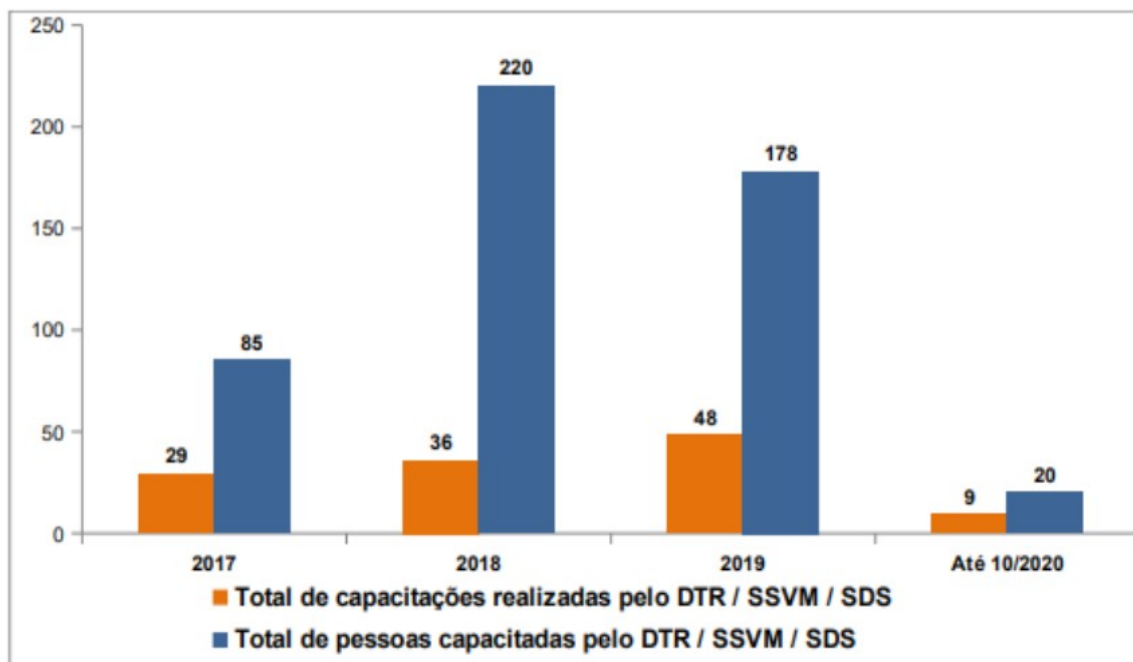
2.2.1.17 – Total anual de cartas enviadas ao público do CadÚnico.



Fonte: Departamento de Transferência de Renda (DTR / SSVM / SDS)

Obs.: Como medida para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. (SUAS) e conforme Portaria Federal nº 337/2020 de 24/03/2020 e Decreto Municipal nº 13.893/2020 de 16/03/2020 a partir de março / 2020 houve paralisação no envio de correspondências para famílias com cadastros desatualizados a fim de evitar aglomeração de pessoas no setor de atendimento.

2.2.1.18 – Total anual de capacitações e pessoas capacitadas pelo DTR / SSVM / SDS



Fonte: Departamento de Transferência de Renda (DTR / SSVM / SDS)

Obs.: 1 – As capacitações realizadas pela Supervisão de Gestão do Cadastro Único (SGCAU / DTR / SSVM / SDS) foram realizadas com temáticas relacionadas ao Cadastro Único, Programa Bolsa Família e Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (SICON).

2 – Como medida para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. (SUAS) e conforme Portaria Federal nº 337/2020 de 24/03/2020 e Decreto Municipal nº 13.893/2020 de 16/03/2020 a partir de março / 2020 houve a suspensão de capacitações presenciais no Departamento de Transferência de Renda a fim de evitar aglomerações no setor. Foi encaminhado ao Departamento de Proteção Básica (DPB / SSPSD / SDS) e-mail nº 150/2020 – SG CADÚNICO em 29/06/2020 e ao Departamento de Proteção Especial (DPE / SSPSD / SDS) e-mail nº 104/2020 – DTR em 18/08/2020 os materiais para realização de capacitação remota para profissionais envolvidos com o Cadastro Único, Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

2.2.2 – Supervisão de Assistência e Auditoria de Beneficiários – SAABE.

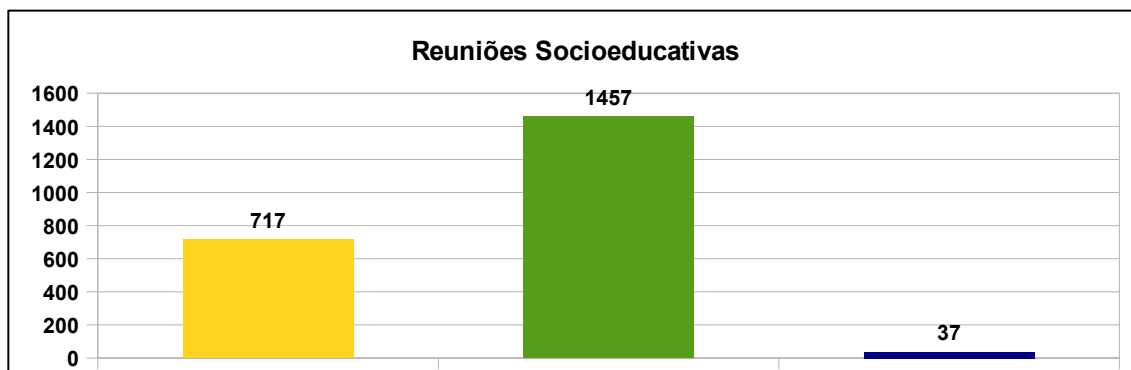
Tem como objetivo central garantir a efetividade e a transparência na implementação do Programa Bolsa Família – PBF, no município de Juiz de Fora/MG, além de promover atendimento qualificado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Também assegurar que o benefício do PBF chegue às famílias que realmente atende os critérios (família em situação de pobreza e/ou extrema pobreza) de elegibilidade do Programa.

2.2.2.1 – Reunião Socioeducativa com os Novos Beneficiários do Programa Bolsa Família

Ano	Novos Beneficiários
2018	717
2019	1457
2020*	37

* Dados referentes ao mês de março de 2020: atividade suspensa temporariamente como medida preventiva para o enfrentamento da COVID-19.



Fonte: DTR/SAABE/março 2020

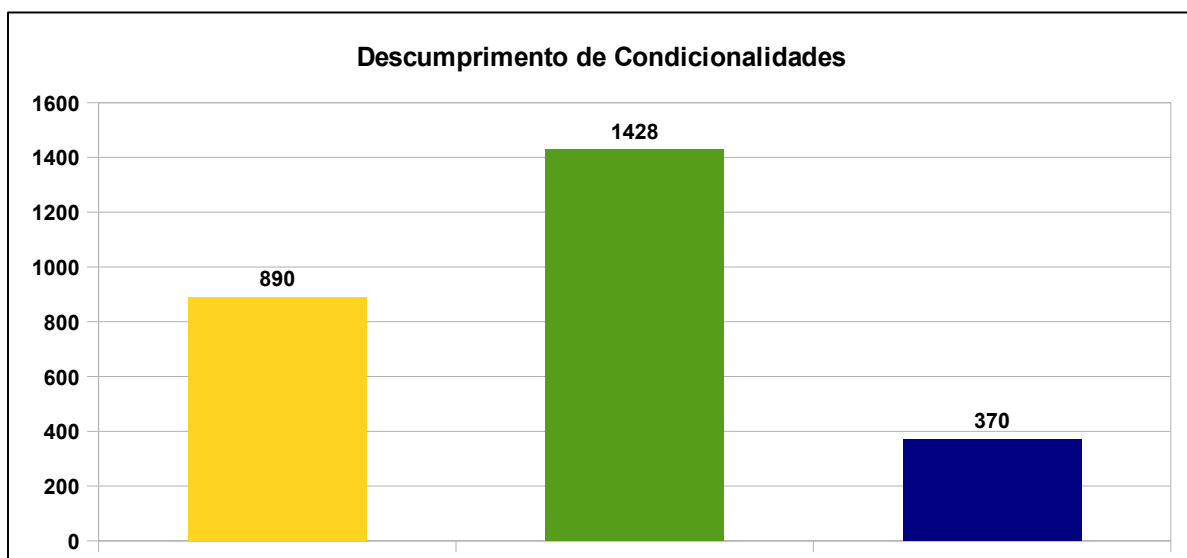
Objetivo: Promover atendimento às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, orientando-as a respeito dos critérios para permanecer no Programa, bem como informar como acessar outros programas sociais, tais como tarifa social (água e luz). Atividade temporariamente paralisada devido à situação emergencial causada pela COVID19.

2.2.2.2 – Famílias com benefícios suspensos devido descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (Educação e/ou Saúde):

O Departamento de Transferência de Renda, através da Supervisão de Assistência e Auditoria de Beneficiários encaminha aos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, de Juiz de Fora, listagem das famílias, para acompanhamento socioassistencial.

Ano	Famílias com Benefícios Suspensos
2018	890
2019	1428
2020*	370

* Dados referentes ao mês de março de 2020: atividade suspensa temporariamente como medida preventiva para o enfrentamento da COVID-19.



Fonte: Ministério da Cidadania/março 2020

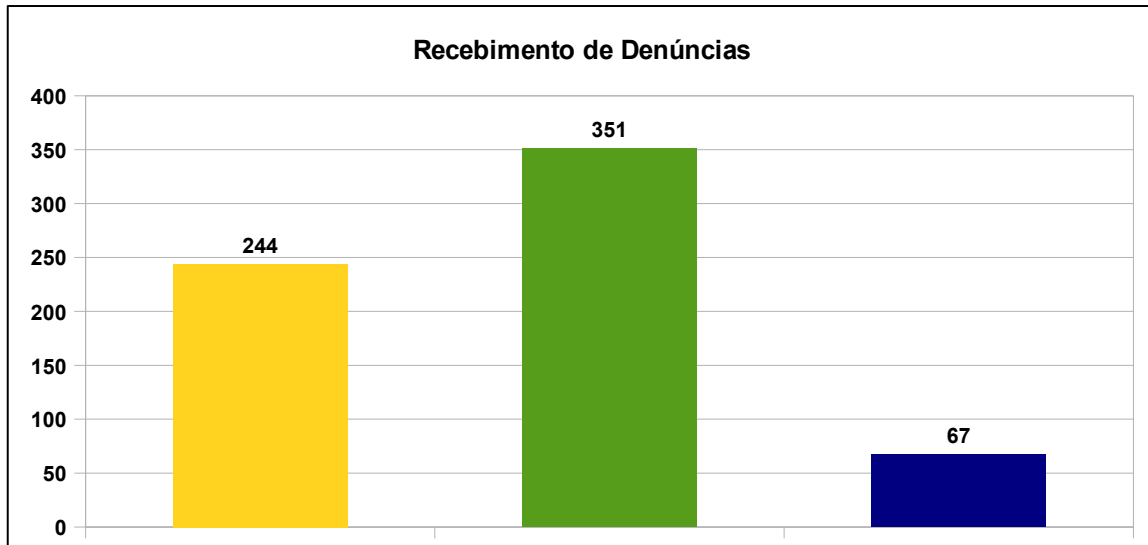
2.2.2.3 – Recebimento de denúncias via telefone, presencial (DTR) e/ou encaminhadas pela Rede Socioassistencial (Centros de Referência de Assistência Social, Unidade Básica de Saúde e outros).

Averiguação cadastral: devido suspeita de dados inconsistentes no Cadastro Único (suspeita de omissão de membro familiar, renda, endereço divergente e/ou renda declarada não compatível com gastos informados).

Ano	Recebimento de Denúncias
2018	244

2019	351
2020*	67

* Dados referentes ao mês de novembro de 2020

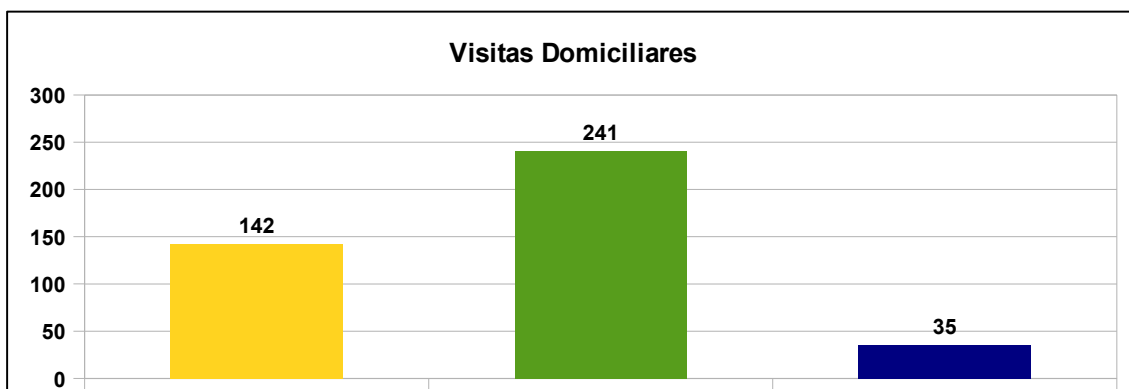


Fonte: DRT/SAABE/novembro 2020

2.2.2.4 – Visitas domiciliares: verificação in loco da situação socioeconômica da família e confirmação dos dados informados no ato do cadastramento (CadÚnico).

Ano	Visitas Domiciliares
2018	142
2019	241
2020*	35

* Dados referentes ao mês de março de 2020: atividade suspensa temporariamente como medida preventiva para o enfrentamento da COVID-19.

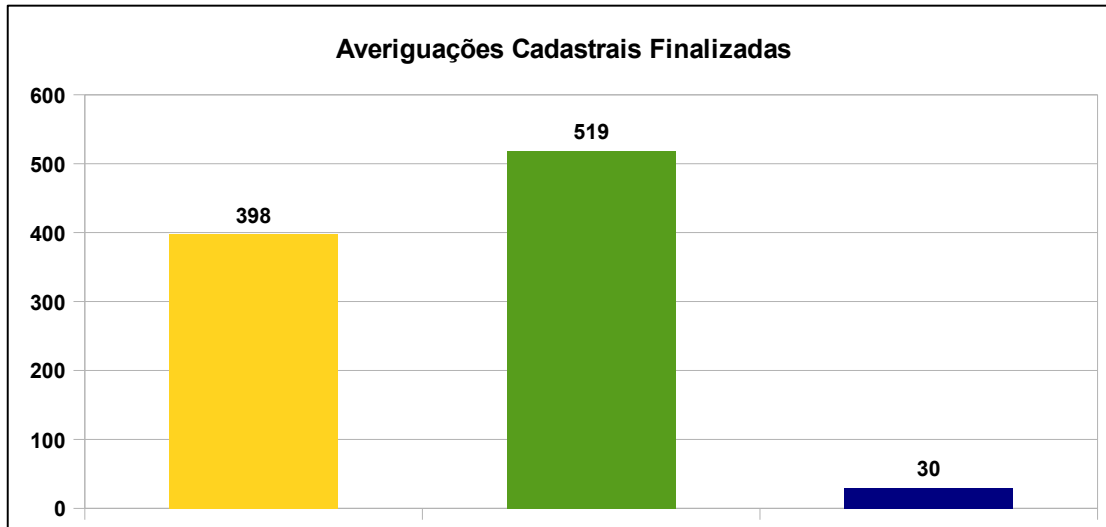


Fonte: DTR/SAABE/março 2020

2.2.2.5 – Averiguações Cadastrais finalizadas

Ano	Averiguações Cadastrais Finalizadas
2018	142
2019	241
2020*	35

* Dados referentes ao mês de março de 2020: atividade suspensa temporariamente como medida preventiva para o enfrentamento da COVID-19.



Fonte: DTR/SAABE/março 2020

2.2.2.6 – Averiguações cadastrais em fase de análise: 138

Fonte: DTR/SAABE/novembro 2020

Quadro de pessoal DTR	
Cargo	Quantitativo
Gerente	01
Supervisor II – SGCAU	01
Supervisor II – SAABE	01
Assistente Social – TNS – Assistente Social	01
Assistente Administrativo VI	01
TOTAL	05
Estagiários (contratos suspensos)	08
Recepcionista Terceirizados (Empresa Village)	15

3 – SUBSECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL, PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS – SSPSD

A Subsecretaria de Proteção Social, Promoção e Defesa de Direitos- SSPSD integra o nível de execução programática da Secretaria de Desenvolvimento Social, organizando suas ações por meio de três Departamentos dedicados, em diferentes níveis, à Política de Assistência Social. São eles: Departamento de Proteção Básica, Departamento de Proteção Especial, Departamento de Defesa de Direitos, além do Núcleo Travessia – Equipamento intersetorial coordenado pela SDS.

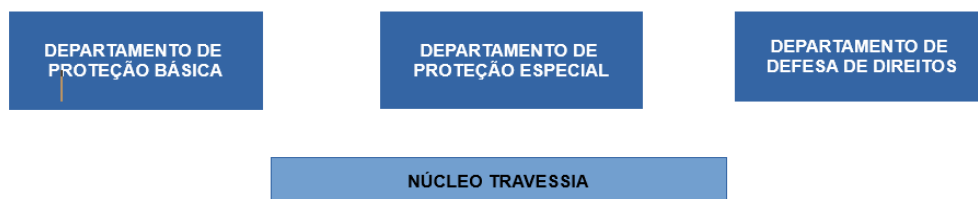
Estes Departamentos estão estruturados em Gerências e Supervisões, sendo a SSPSD responsável pelas ações e atividades inter-relacionadas para a efetivação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS com foco na população mais vulnerável e com direitos violados.

O município é o local do “fazer socioassistencial”, na medida em que é a instância mais próxima da população. Assim sendo, tem uma posição decisiva do ponto de vista da gestão pública da Assistência Social, na perspectiva do compromisso com as Seguranças que deve aprofundar aos seus usuários – Acolhida; Renda; Convívio Familiar e Comunitário; Desenvolvimento da Autonomia e Sobrevivência a Riscos Circunstanciais.

ESTRUTURA DA SUBSECRETARIA

Quadro de pessoal	
Cargo	Quantitativo
Subsecretária	01
Administrativo – Terceirizada	01
TNS – Assistente Social	01
Assessor I – atende à Comissão de Chamamento	01
Total	04

ESTRUTURA DA SUBSECRETARIA



Os Departamentos da SSPSD são responsáveis pelo acompanhamento; orientação; desenvolvimento de equipe; direcionamento técnico; registro e avaliação da Rede Parceira, além da execução direta de algumas ações.

As competências da Subsecretaria, Gerências e Supervisões estão descritas no **Decreto Nº 13.607** de 31 de janeiro de 2019, na **Resolução Nº 137 - SDS**, de 02 de agosto de 2019 e na **Resolução nº 163 - SDS**, de 06 de novembro de 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proteção Social Básica

Possui caráter preventivo e proativo para evitar o agravamento de vulnerabilidades e prevenir situações de risco. Para atingir seus objetivos, desenvolve serviços, programas, projetos e benefícios. A Proteção Social Básica visa o desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, além do acesso a direitos.

3.1 - DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO BÁSICA – DPB / SSPSD

O DPB possui entre as suas competências, a responsabilidade de fazer a gestão da política municipal de assistência social no âmbito da Proteção Social Básica planejando, padronizando, avaliando, acompanhando e direcionando tecnicamente as ações desenvolvidas pelos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e pelos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, além de fomentar a implantação e o desenvolvimento de programas e ações voltados à qualificação e à integração ao mundo do trabalho para o público-alvo da assistência social.

Cabe ao departamento acompanhar e controlar Contratos, Acordos, Convênios e Termos de Colaboração e demais Parcerias relativos a sua área de atuação, monitorando a aplicação de recurso financeiros destinados a rede parceira para o desenvolvimento das ações de proteção social básica, avaliando seus resultados.

Supervisor II de Acompanhamento dos CRAS

Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

Unidade pública estatal que representa a principal porta de entrada para a assistência social em seu nível de proteção. Atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário. Contribui na organização de informações sobre o território onde se localiza e articula com a rede socioassistencial e com as demais políticas para atender as necessidades das famílias em vulnerabilidade social.

O Município do Juiz de Fora possui **(11) onze CRAS** situados em áreas de maior vulnerabilidade e risco social e cada unidade oferta o **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF** com o objetivo de apoiar as famílias e seus membros, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos, e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

OSC Executora do Serviço PAIF - Gestão SDS/PJF: Associação Municipal de Apoio Comunitário/AMAC - entidade responsável pela execução das 11 unidades de CRAS.

Meta de Atendimento: cada unidade de CRAS tem como meta estabelecida pelo Ministério da Cidadania, o atendimento a **1000 (mil) famílias** por ano. Portanto, a meta de atendimento do município corresponde a **11.000 (onze mil) famílias** por ano.

Quadro de Pessoal nos equipamentos de CRAS no Município	
Centro	Rua Espírito Santo, ° 456 – 1º Andar – Centro
Leste – Linhares	Rua Diva Garcia, nº S/nº – Linhares
Leste – Vitorino Braga	Praça Senador Teotônio Vilela, s/nº – Vitorino Braga
Nordeste – Grama	Praça Áureo Gomes Carneiro, s/nº – Grama
Norte – Benfica	A. Juscelino Kubitschek, nº 5.899 – Praça CEU – Bairro Araújo
Norte – Santa Cruz	Rua D, nº 50 – Santa Cruz
Norte – Barbosa Lage	Av. Marginal. Nº 50 – Barbosa Lage
Oeste – São Pedro	Rua Sadi Monteiro Boechart, nº 185 – São Pedro
Sudeste – Costa Carvalho	Rua Costa Carvalho, nº 7 – Costa Carvalho
Sudeste – Olavo Costa	Rua Jacinto Marcelino, nº 25 – Olavo Costa
Sul – Ipiranga	Rua Bady Geara, nº 552 – Ipiranga

Supervisor II de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV

Serviço de Proteção Social Básica regulamentado pela **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** (Resolução CNAS Nº 109/2009) e reordenado por meio da Resolução nº 01 em 2013. É ofertado a indivíduos de diversos ciclos de vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos), em determinados territórios e contextos de vulnerabilidade social, de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado no CRAS e CREAS. Oferece prioritariamente atividades de socialização, proporcionando trocas culturais e de vivência, pautadas na defesa e na afirmação dos direitos dos usuários. As ações desenvolvidas visam prevenir situações de violação de direitos, bem como o desenvolvimento de capacidades, potencialidades e autonomia dos indivíduos.

OSC Executora do Serviço - Gestão SDS/PJF: atualmente o município conta com **05 entidades** parceiras - ADRA, AMAC, Dom Orione, Grupo Semente e Instituto Jesus, totalizando **17 unidades** executoras do SCFV.

Vagas Pactuadas: Atualmente o total de atendimentos corresponde a **2.169 usuários**, sendo **475** referentes a pessoas idosas e **1.694** crianças e adolescentes.

Quadro atual das Entidades e Unidades de SCFV do Município		
Entidades Parceiras	Unidades	Meta Atendimento/ Mês
Associação Municipal de Apoio Comunitário AMAC	01 – Curumim São Benedito – 04 a 14 anos	140
	02 – Curumim Santa Maria – 04 a 14 anos	120
	03 – Curumim São Pedro – 04 a 14 anos	120
	04 – Curumim Vila Esperança – 04 a 14 anos	120
	05 – Curumim Barreira do Triunfo de 04 a 17 anos	120
	06 – Curumim Igrejinha de 04 a 17 anos	120
	07 – Curumim Santa Luzia – 04 a 14 anos	200
	08 – AABB Comunidade - 14 a 17 anos	100
	09 – Curumim Vila Olavo Costa 120 de 04 a 14 e 20 de 60 ou mais	140
	10 – Centro de Convivência do Idoso de 60 anos ou mais	400
Associação Espírita Grupo Semente	11 – Grupo Semente: de 60 anos ou mais - Germinar	55
	12 – Grupo Semente: de 04 a 14 anos – Semeando o Futuro	60
Instituto Jesus	13 – Instituto Jesus: de 04 a 17 anos – Fortalecendo Laços	114
Instituto Profissional Dom Orione -	14 - Instituto Profissional Dom Orione: 04 a 14 anos – Dom de Ser	50
Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais - ADRA	15 – Bairro de Lourdes - Nova Geração de 04 a 17 anos	70
	16 – Benfica de 04 a 14 anos	120
	17 – Bonfim – Nação Criança de 04 a 14 anos	120

Supervisor II de Integração ao Mundo do Trabalho - SIMT

A Integração ao Mundo do Trabalho constitui uma ação nova no Departamento e tem como principal objetivo acompanhar os Programas e ações voltadas à qualificação e inserção no mundo do trabalho, destinados ao público da assistência social.

Quadro Atual: Principais Ações direcionadas à Integração ao Mundo do Trabalho

Ações	Descrição
Parceria com SENAC e SENAI	- Encaminhamento do público em situação de vulnerabilidade, atendido pelos Serviços da SDS para cursos gratuitos.
Programa Acessuas Trabalho	- Visa ofertar ações que viabilizem a mobilização, a promoção do protagonismo, a participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho a pessoas em vulnerabilidade social. Para tanto, objetiva potencializar o desenvolvimento da autonomia dos usuários, procurando identificar, sensibilizar, orientar e desenvolver habilidades para sua inserção ou reinserção no mundo do trabalho, através de oficinas que irão prepará-los para a integração neste meio. Estratégias no momento de pandemia execução através de lives.

Quadro atual da equipe do DPB	
Cargo	Quantitativo
Gerente	01
Supervisor I – CRAS - SUCRAS	11
Supervisor II - de Acompanhamento dos CRAS - SCRAS	01
Supervisor II – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	01
Supervisor II – de Integração ao Mundo do Trabalho - SIMT	01
Assistente Social - TNS – Assistente Social	01
Psicólogo - TNS – Programa ACESSUAS	01
Assessor III	01
Total	17
Estagiários	02

3.2 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

A proteção social especial oferta serviços destinados a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abusos, rompimento dos vínculos familiares e comunitários. Estes serviços atuam diretamente com o Sistema de Garantia de Direitos, exigindo uma gestão com grande interface com o Poder Judiciário e Ministério Público. O acompanhamento dos usuários pode ocorrer no **nível de média complexidade**, quando há ameaça ou violação de direitos, mas os vínculos ainda não se romperam; e no **nível de alta complexidade**, quando os vínculos familiares já estão rompidos ou extremamente fragilizados, demandando proteção integral por meio de serviços que garantam o acolhimento institucional.

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO ESPECIAL – DPE / SSPSD

O Departamento tem como uma de suas principais competências fazer a gestão da operacionalização da política municipal de assistência social no âmbito da proteção social especial, planejando, padronizando, acompanhando e direcionando tecnicamente as ações desenvolvidas pelo CREAS e Centro Pop. Além de relacionar-se com o Judiciário e o Ministério Público, tem o papel de acompanhar e assistir tecnicamente os Conselhos Tutelares em demandas administrativas, operacionais e estruturais dentro das normas e regulamentações vigentes da PJJ.

É responsável por atuar nas ações de **média e alta complexidade**, por meio de serviços e programas, além de executar diretamente o benefício emergencial – Auxílio Moradia.

Cabe ao Departamento acompanhar e controlar Contratos, Acordos, convênios e Termos de Colaboração e demais Parcerias relativos a sua área de atuação, monitorando a aplicação de recurso financeiros destinados a rede parceira para o desenvolvimento das ações de proteção social especial, avaliando seus resultados.

Supervisor II de Acompanhamento das Políticas de Média Complexidade

Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS

Unidade pública estatal que oferta serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias que vivenciam ameaças ou violação de direitos que provocam danos e agravos à condição de vida, trazendo prejuízos ao desenvolvimento, à autonomia e ao bem estar. O **Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI** é ofertado pelos CREAS e seu objetivo está centrado no resgate da função protetiva das famílias submetidas a situações de violação de direitos e o fortalecimento de seus vínculos em parceria com a rede de atendimento e com o Sistema de Garantia de Direitos. O Município possui **(03) três** CREAS localizados nos territórios Norte e Centro. O público atendido inclui crianças, adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência.

Quadro atual dos Equipamentos de CREAS do Município	
CREAS Centro I	Rua Espírito Santo, nº 434 - Centro
CREAS Centro II	Rua Espírito Santo, nº 444 - Centro
CREAS Norte	Rua Dona Ambrosina Nunes, nº 44 – Jôquei Clube

OSC Executora do Serviço PAEFI- Gestão SDS/PJF: Associação Municipal de Apoio Comunitário/AMAC - entidade responsável pela execução das 03 unidades de CREAS.

Meta de Atendimento: cada unidade de CREAS tem como meta estabelecida pelo Ministério da Cidadania, o atendimento a 80 **famílias** por mês. Portanto, a meta de atendimento do município corresponde a 2.880 **famílias** por ano.

Centro de Referência Especializado para Pessoa sem Situação de Rua - Centro POP

Unidade de natureza pública e estatal que oferece atendimento a famílias e indivíduos - **jovens, adultos, idosos** - com vivência de rua buscando a superação da situação de violação de direitos e sua reinserção na sociedade. Podem realizar encaminhamentos para os serviços socioassistenciais de atendimento a população de rua que executam a proteção social básica e a proteção social de alta complexidade, como é o caso dos Serviços de Acolhimento Institucionais e de outras políticas públicas setoriais. O Município possui **(01) uma** unidade localizada no território central.

Equipamento Centro POP do Município			
Centro POP	AMAC	200/MÊS	Avenida Brasil – 265 Costa Carvalho

OSC Executora do Serviço no Equipamento - Gestão SDS/PJF:

Associação Municipal de Apoio Comunitário/AMAC - entidade responsável pela execução de 1 unidade – Centro Pop.

Meta de Atendimento: a unidade tem como meta estabelecida pelo Ministério da Cidadania, o atendimento a **200 indivíduos** / mês. Portanto, a meta de atendimento do município corresponde a **2.400 indivíduos** por ano.

Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSE) de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC

Este Serviço é executado atualmente pela equipe técnica dos CREAS e tem como objetivo ofertar atendimento e acompanhamento técnico aos adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto determinado judicialmente, e a suas famílias, buscando a construção de novos projetos de vida para que não reincida no ato infracional. A PSC consiste na realização de tarefas gratuitas pelos adolescentes, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais e outros equipamentos.

OSC Executora do Serviço - Gestão SDS/PJF: AMAC .

Serviço Especializado em Abordagem Social

Serviço especializado para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência. O trabalho realizado pressupõe a proteção social pró-ativa; conhecimento do território; informação, comunicação e defesa de direitos; escuta qualificada; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; articulação da rede de serviços socioassistenciais e com os serviços de políticas públicas setoriais; e articulação interinstitucional com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

OSC Executora do Serviço - Gestão SDS/PJF: AMAC.

Destaca-se ainda neste Serviço a "**Ação Conjunta**", regulada pela Instrução Normativa Conjunta nº 001 de 15 de abril de 2016, a qual disciplina a atuação de agentes públicos junto à População em Situação de Rua no município de Juiz de Fora, coordenada pela SDS.

Programa de Atenção às Pessoas em Situação de Rua – Inclusão Produtiva – Proteção Social Especial de Média Complexidade.

O Programa tem seu objetivo centrado na promoção e reinserção social, contribuindo para o alcance das seguintes perspectivas: **1)** construção do processo de saída das ruas; **2)** possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios socioassistenciais; **3)** reconhecimento dos direitos socioassistenciais da população em situação de rua; **4)** acesso a serviços socioassistenciais e às demais políticas públicas; **5)** promover a reflexão crítica sobre a defesa e garantia de direitos humanos; **6)** dotar as pessoas de conhecimentos específicos, habilidades e atitudes, gerando oportunidades de promover o acesso ao mundo do trabalho. Esta inclusão é caracterizada pelo exercício da atividade laboral remunerada, seja por meio de emprego, de trabalho autônomo individual, de trabalho autônomo coletivo (associativista ou cooperado), sendo este na lógica do empreendedorismo ou economia solidária. Este programa

objetiva o desenvolvimento da formação cidadã dos usuários, na perspectiva da busca da autonomia e melhoria da qualidade de vida.

OSC Executora do Serviço - Gestão SDS/PJF: Fundação Maria Mãe. **Meta de Atendimento:** 120 usuários/dia

Supervisor II de Acompanhamento das Políticas de Acolhimento Institucional e Programas de Apoio Psicossocial de Crianças e Adolescentes- SAPCA

Supervisor II de Acompanhamento das Políticas de Acolhimento Institucional e Programas de Apoio Psicossocial de Adultos - SAPAD

Programa de Proteção Socioassistencial Especial e Apoio Psicossocial a Pessoas com Direitos Violados e/ou em Situação de Vulnerabilidade e suas Famílias

O Programa tem como finalidade a promoção da defesa de direitos e o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social de pessoas, a partir de suas necessidades individuais e sociais. É caracterizado pelo desenvolvimento de ações especializadas aos seus usuários e familiares, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão e/ou reinserção na vida social.

Quadro atual da Proteção Socioassistencial Especial e Apoio Psicossocial a Pessoas com Direitos Violados e/ou em Situação de Vulnerabilidade e suas Famílias.		
Programa	Entidade/Unidade	Meta atendimento/ vagas Pactuadas
Atendimento Psicossocial - Criança/Adolescente	Instituto Veredas	150
Atendimento Psicossocial - Criança/Adolescente	Centro de Acolhimento à Infância e à Adolescência - CAIA	200
Atendimento Psicossocial Adulto	Grupo Casa	50
Atendimento Psicossocial Adulto	Casa Florescer - ADRA	50

Serviço de Acolhimento Institucional

Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

Supervisor II de Acompanhamento das Políticas de Acolhimento Institucional e Programas de Apoio Psicossocial de Adultos – SAPAD

Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias

Atendimento em unidade institucional de passagem para a oferta de acolhimento imediato e emergencial de pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento, em unidade institucional, visando garantir sua proteção integral. Dispõe de profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários.

Quadro atual do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias			
Modalidade	Unidade	OSC Parceira	Meta atendimento/ vagas Pactuadas
Casa de Passagem para Mulheres	Casa de Passagem para Mulheres	ADRA	50
Casa de Passagem para Homens – Dividida em 03 na pandemia	Casa de Passagem para Homens	AMAC	100 (divididas em 03 acolhimentos durante a Pandemia). Neste acolhimento Sede 45 vagas.
Casa de Passagem para Homens	Casa de Passagem para Homens (Espaço 02) – Jardim Esperança	AMAC	30
Casa de Passagem para Homens	Casa de Passagem para Homens (Espaço 03) – Santa Luzia	AMAC	25
Abrigo Institucional	Casa CEM	ADRA	50 (femininas e masculinas)
Abrigo Institucional	Casa da Cidadania – 24 horas	ADRA	50 vagas: 35 masculinas e 15 femininas

Serviço De Acolhimento Institucional Para Idosos – ILPI

Acolhimento para idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência. A natureza do acolhimento deverá ser provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares. É previsto para idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

Quadro atual do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos			
Modalidade	OSC Parceira	Meta atendimento/ vagas Pactuadas	Modalidade

Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI	Abrigo Santa Helena	120	Abrigo Santa Helena
---	---------------------	-----	---------------------

Supervisor II de Acompanhamento das Políticas de Acolhimento Institucional e Programas de Apoio Psicossocial de Crianças e Adolescentes – SAPCA

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças E Adolescentes

Acolher e garantir proteção integral, em caráter provisório e excepcional, para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, em situação de medida de proteção e em situação de risco pessoal, social e de abandono, cujas famílias ou responsáveis se encontrem temporariamente impossibilitados de cumprir sua função.

Quadro atual do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes			
Modalidade	Unidade	OSC Parceira	Meta atendimento/ vagas Pactuadas
Abrigo Institucional	Estância Juvenil	AMAC	20
Abrigo Institucional	Casa Esperança	ADRA	20
Abrigo Institucional	Vivendas do Futuro	AMAC	20
Abrigo Institucional	Lar de Laura	AMAC	20
Casa Lar	Casa Lar 01	AMA	10
Casa Lar	Casa Lar 02	AMA	10

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

Serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem.

OSC Executora Serviço - Gestão SDS/PJF: ADRA..

Metas Pactuadas: 15 famílias

Benefício: AUXÍLIO MORADIA

Benefício emergencial executado diretamente pelo Departamento de Proteção Especial. Tem como público prioritário os cidadão cujas moradias se encontram sob risco físico avaliado pela Defesa Civil; população em situação de rua e jovens oriundos do acolhimento que completaram 18 anos e não tiveram resgatados seus vínculos familiares. Os principais

encaminhamentos são realizados pela própria Defesa Civil, CREAS e Centro Pop. As questões sociais para pleitear o benefício são apresentadas em formulário próprio à Comissão Municipal de Auxílio Moradia – COMAM, composta por representantes de diversas Secretarias. A operacionalização deste Auxílio está descrita nos seguintes dispositivos legais: Lei nº 12060 de 25 de junho de 2010; Decreto nº 12.504 de 20 de novembro de 2015 e Resolução nº 56 de 01 de dezembro de 2016.

O DPE é também responsável pelo apoio administrativo/operacional das três unidades dos **Conselhos Tutelares**.

Quadro atual da equipe do DPE	
Gerente	01
Supervisor I – CREAS - SUCREAS	03
Supervisor I – Centro POP - SUCPOP	01
Supervisor II de Acompanhamento de Políticas de Média Complexidade – SAPMC	01
Supervisor II de Acompanhamento das Políticas de Acolhimento Institucional e Programas de Apoio Psicossocial de Adultos - SAPAD	01
Supervisor II de Acompanhamento das Políticas de Acolhimento Institucional e Programas de Apoio Psicossocial de Crianças e Adolescentes - SAPCA	01
Assistente Social – TNS - Resolução 17 CNAS 2011	01
Assessor III	01
Assessor IV	01
Total	11
Estagiários	04

3.3 – DEPARTAMENTO DE DEFESA DE DIREITOS - DDD

O Departamento tem como objetivo contribuir na promoção e defesa de direitos da pessoa com deficiência no âmbito municipal, em consonância com as diretrizes da Política Nacional, bem como articular ações de direitos socioassistenciais e cidadania, independente do gênero, etnia ou crença, que conduzam ao fortalecimento de uma cultura de respeito ao cidadão e à diversidade. Neste sentido, cabe ao Departamento estabelecer conjuntamente com os órgãos competentes, mecanismos de intersetorialidade que garantam uma abordagem integral às necessidades e direitos da pessoa com deficiência e da que sofre violação dos direitos socioassistenciais e da cidadania. Deve, portanto, atuar no sentido da articulação com as demais políticas sociais e municipais, ampliando as discussões nos Conselhos e em outros canais de participação sobre as questões referentes ao acesso e à defesa de direito.

Compete ao Departamento acompanhar e controlar Contratos, Acordos, Convênios e Termos de Colaboração e demais Parcerias relativos a sua área de atuação, monitorando a aplicação de recurso financeiros destinados a rede parceira para o desenvolvimento das ações e avaliando seus resultados.

Supervisor II de Direitos Socioassistenciais

A Política de Assistência Social é legalmente reconhecida como direito social e dever estatal pela Constituição de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e demais dispositivos legais que regulam e sistematizam a materialização dos serviços. Como tal, incorpora como direitos fundamentais várias reivindicações da população. Apesar de haver dispositivos legais que criam a obrigatoriedade do governo em âmbito nacional, estadual e municipal a promoverem ações, projetos, programas e serviços que efetivem tais direitos, na prática, sua aplicação enfrenta muitos desafios e dificuldades.

Os dez direitos socioassistenciais foram propostos na V Conferência Nacional de Assistência Social (2005), com o objetivo de reafirmar a Política de Assistência Social como uma política de proteção social e defesa de direitos. Ressalta a importância do controle e participação social no planejamento e formulação de ações que ampliem o acesso da população aos direitos propostos pela política de assistência social e demais políticas públicas. Dá ênfase a intersetorialidade das políticas, a equidade rural-urbana, a promoção da autonomia dos usuários, dentre outras.

Ouvidoria Social

Em parceria com a Ouvidoria Geral da Prefeitura de Juiz de Fora, a SDS desenvolve a Qualificação das ações internas de Ouvidoria pelo Departamento de Defesa de Direitos. A Ouvidoria representa um canal de controle e participação social que possibilita aos usuários da Política Municipal de Assistência Social exercer seu protagonismo e manifestar seus interesses, auxiliando a gestão na fiscalização e no aperfeiçoamento dos serviços e programas ofertados, bem como no conhecimento de demandas que precisam ser atendidas.

Supervisor II de Serviços e Programas para a Pessoa com Deficiência

Programa de Referência e Apoio a Habilitação e Reabilitação Social de Pessoas com Deficiência - Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Tem como finalidade contribuir para o acesso a direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação das pessoas com deficiência, a partir de suas necessidades individuais e sociais. É caracterizado pela oferta, acesso e referência da pessoa com deficiência a serviços socioassistenciais, socioeducativo, as outras políticas públicas, programas especializados de habilitação e reabilitação; bem como pelo desenvolvimento de ações especializadas extensivas aos familiares da pessoa com deficiência, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social.

Quadro Atual: Programa de Referência e Apoio a Habilitação e Reabilitação Social

OSC Parceira	Vagas
Sociedade Eunice Weaver	20

Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Serviço para a oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

Quadro Atual: Serviços de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

OSC Parceira	Vagas
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE	120
Instituto Bruno Vianna – IBV	80
IMEPP-Atendimento Socioassistencial	80

OBS.: CRAS e CREAS são "portas de entrada" do Programa e Serviço acima.

Serviço de Acolhimento Institucional – Pessoas com Deficiência – Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Quadro Atual: Serviço de Acolhimento Institucional – Pessoas com Deficiência

Modalidade	OSC Parceira	Vagas
Abrigo Institucional	Sociedade Eunice Weaver	25

OBS.: O Judiciário é "porta de entrada" do Serviço acima.

Benefícios: PASSE LIVRE E TRANSPORTE ADAPTADO

Passe Livre

A concessão do Passe Livre no transporte coletivo urbano no município de Juiz de Fora para pessoas com deficiência, é regulamentada pela **Lei Municipal N.º 13.515, de 26 de maio de 2017**; ao passo que para as pessoas com doença renal crônica e oncológica em tratamento ambulatorial, a regulamentação se dá através da **Lei Municipal Nº 11079, de 09 de fevereiro de 2006**. Neste contexto, o Departamento em parceria com a SETTRA e a ASTRANSP tem prestado atendimento a esse público para avaliação e concessão do benefício do Passe Livre no transporte público municipal.

É importante destacar que assegurar o transporte e a acessibilidade da pessoa com deficiência, é um dever do Estado, da sociedade e da família, conforme determina o **Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Nº 13.146/2015**. Portanto, o Passe Livre é a materialização

de um direito fundamental que tem possibilitado às pessoas com deficiência garantir a sua participação social e o acesso a bens e serviços que são essenciais para o seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Transporte Adaptado – CARRO de APOIO

Serviço individual e gratuito que oferece condições de transporte para atender às necessidades de saúde, educação e trabalho das pessoas com deficiência e com doença renal crônica e oncológica em tratamento ambulatorial, buscando assegurar a sua acessibilidade nestes espaços. É da responsabilidade do Departamento prestar atendimento para verificação documental e emissão de uma Carteira que habilita o usuário a usufruir do Transporte Adaptado. A partir de então, o usuário é orientado a estabelecer contato telefônico com a ASTRANSP, com a antecedência de 02 dias da data do seu compromisso, a fim de agendar a sua vaga. A concessão deste benefício dependerá da disponibilidade de vaga pela ASTRANSP, que está sob a gestão da Secretaria de Transporte e Trânsito – SETTRA.

Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – Programa BPC na Escola

O Programa BPC na Escola foi instituído pela **Portaria Interministerial Nº 18, de 24 de abril de 2007**. O BPC na Escola tem como objetivo realizar o monitoramento e o acompanhamento do acesso e da permanência na escola das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, com prioridade para as que estão incluídas na faixa etária de 0 a 18 anos, por meio da articulação intersetorial entre as políticas públicas de educação, assistência social e saúde e da gestão compartilhada nas três esferas de governo, Tem como propósito criar condições para o desenvolvimento da autonomia, participação social e emancipação da pessoa com deficiência, devendo ter garantido a sua matrícula na escola da sua comunidade.

O Programa BPC na Escola possui quatro eixos principais: 1

Compreendendo que a participação no Programa traduz o compromisso do poder público com a defesa de direitos das pessoas com deficiência e possibilita ampliar a discussão sobre as barreiras sociais que impedem a sua inclusão, o Departamento retomou os estudos sobre o BPC na Escola, a fim de elaborar um diagnóstico que subsidie a construção de uma política municipal de acesso de crianças e adolescentes com deficiência à escola.

Quadro atual da Composição da Equipe do DDD	
Cargo	Quantitativo
Gerente	01
Supervisor II de Direitos Socioassistenciais	01
Supervisor II de Serviços e Programas para Pessoas com Deficiência	01
Psicólogo – TNS	01
Assistente Administrativo	01

Administrativo	01
Assessor IV	01
Total	07

OBS.: Cumpre destacar que o Departamento não conta mais com o trabalhador que exercia o cargo de Assessor IV, uma vez que atendendo ao seu pedido, foi exonerado em 01 de dezembro de 2020, havendo então, a necessidade de reposição do trabalhador.

NÚCLEO TRAVESSIA SOCIAL – "PADRE ALOÍSIO JORGLER"

O Núcleo Travessia, ligado diretamente à Subsecretaria, foi inaugurado em julho de 2016, é parte de um Convênio de Cooperação Financeira de nº142/2011 entre o Estado e o Município, o qual previu um conjunto de ações na região do bairro Olavo Costa, contemplando 03 eixos de atuação:

- Projetos de Desenvolvimento Social;
- Melhoria do sistema viário (estrutural);
- Construção e reforma de equipamentos públicos locais.

A Unidade destina-se ao planejamento, à coordenação e à execução de diversas políticas públicas, com o objetivo de promover a inclusão e a promoção social em área de grande vulnerabilidade. O Núcleo foi idealizado como um espaço comunitário de esporte, cultura, lazer, alfabetização e qualificação profissional e tem como prioridade contribuir na redução dos índices de violência. No prédio estão instalados o Programa Fica Vivo- Governo do Estado e o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Sudeste Olavo Costa.

Quadro atual da Equipe do Núcleo Travessia	
Cargo	Quantitativo
Assessor V	01
Auxiliar de Serviços	01
Auxiliar de Serviços Gerais	01
Auxiliar de Serviços Gerais Terceirizado	01
Portaria Diurna	02
Portaria Noturna	02